

Alda Mourão Filipe
Coordenadora

A REGIÃO de

LEIRIA

IDENTIDADE e DESENVOLVIMENTO



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

908/LEI/53

Alda Mourão Filipe
Coordenadora

25/02/10

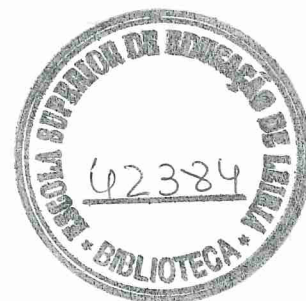
A REGIÃO de

LEIRIA

IDENTIDADE e DESENVOLVIMENTO
Um percurso histórico e geográfico

A Biblioteca da nossa escola,
oferta dos gestores

Alda Mourão
Filipe



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE LEIRIA

FICHA TÉCNICA

Título:

REGIÃO DE LEIRIA
IDENTIDADE e DESENVOLVIMENTO

Coordenação:

Alda Mourão Filipe

Texto:

Alda Mourão Filipe
Dina Duarte Alves
Graça Poças Santos

Fotografia:

Joana Soares

Mapas:

Vitor Torres

Foto das guardas do livro:

Instituto Geográfico Português

www.igeo.pt

Landsat, 1998; Composição 543, resolução: 25 metros.

Direcção de Arte:

Works, Comunicação Global

www.works.com.pt

Editor:

Instituto Politécnico de Leiria

www.ipleiria.pt

Rua General Norton de Matos

Apartado 4133

2411-901 Leiria

Portugal

Tel.: 234 406 300

Fax: 234 406 301

Impressão:

Guide - Artes Gráficas, Lda

www.guide.pt

Tiragem:

2500 exemplares

Agradecimentos:

Barros III, Castanheira de Pêra

Câmara Municipal de Leiria

Câmara Municipal da Marinha Grande

Canívidro,

Cerâmica Vala,

Escola Amarela, Leiria

Fábrica - Museu Bordalo Pinheiro, Caldas da Raíña

Icomatro, Pombal

Instituto Geográfico Português

Direcção Mosteiro Alcobaça

Direcção Mosteiro Batalha

Museu Escolar, Marrazes - Leiria

ISBN:

972-8793-05-7

Depósito Legal:

233938/05

Data da 1.ª edição: Outubro de 2005

Foto da Capa:

Leiria, Vista do Castelo



DO ESPAÇO ÀS PESSOAS

Um relance sobre o espaço regional em estudo

Uma outra forma de olhar para a realidade a que chamamos genericamente de região de Leiria, pode ter por base a representação cartográfica que se faça dessa porção do espaço, incluindo todo o território do respectivo distrito e ainda o do concelho de Ourém, que com este tem uma afinidade indelével.

Deste modo, ao reflectir-se sobre a identidade regional, ou melhor, sobre as identidades que, cruzando-se e sobrepondo-se, traçam aquilo a que, sem excessivas preocupações de rigor jurídico ou mesmo geográfico, se define como uma região que encontra em Leiria a sua cabeça natural, surgiu quase inevitavelmente uma nova linha de abordagem ao tema. Nesta, avulta a importância dos mapas para a construção de uma grelha de leitura do território que nos rodeia, como meio de ajudar a ver, a descrever e a explicar a “nossa” região.

Começemos por situar a região que definimos no quadro do território continental português. A Fig. 1 desde logo nos proporciona essa contextualização, fornecendo-nos alguns elementos essenciais a ter em consideração:

- a sua situação litoral atlântica (quase metade dos concelhos que a compõem têm acesso ao mar);
- a localização deste espaço no eixo constituído pelas principais áreas metropolitanas do país (Lisboa e Porto);
- a proximidade de cidades de importância média (Coimbra e Santarém);
- a própria diversidade intra-regional, em termos da dicotomia litoral/interior (dando os 5 concelhos do Nordeste da região a nota de uma certa interioridade no âmbito desta região litoral).

Tais características conferem, *ab initio*, uma marca a levar em linha de conta, na medida em que representam outras tantas particularidades, em termos situacionais, que poderão ajudar a explicar boa parte do que seguidamente se irá abordar.

Esta área regional é constituída por 17 concelhos e 166 freguesias, ocupando uma superfície total de cerca de 3.916 Km². Conforme se pode observar no Quadro 1, bem como nos mapas que constam das Figs. 2 e 3, é muito diversa a dimensão territorial tanto a nível de concelho como de freguesia. A área total da região corresponde a cerca de 4,3% do total do território nacional.

Para a compreensão do que é hoje a realidade territorial regional importa analisar as diversas vias de comunicação existentes, bem como as suas características e, em função destas, a importância de cada uma delas na estruturação do espaço da região. Para o efeito, atente-se na Fig. 4 onde um extracto da mais recente edição da *Carta de Portugal Continental* do IGP (Instituto Geográfico Português), devidamente adaptado, evidencia os dois principais eixos rodoviários que atravessam a região: as auto-estradas A1 e A8.

CONCELHOS	ÁREA (Km ²)	FREGUESIAS
Alcobaça	406,5	18
Alvaiázere	160,4	7
Ansião	176,2	8
Batalha	102,8	4
Bombarral	91,3	5
Caldas da Rainha	254,6	16
Castanheira de Pêra	66,8	2
Figueiró dos Vinhos	173,6	5
Leiria	568,1	29
Marinha Grande	185,4	3
Nazaré	81,5	3
Óbidos	141,1	9
Pedrogão Grande	128,7	3
Peniche	77,0	6
Pombal	625,7	17
Porto de Mós	260,1	13
Ourém	416,2	18
Total	3.916,0	166

Quadro 1 - Áreas e número de freguesias dos concelhos da região (2003)

Fonte - Elaboração própria, a partir de dados obtidos na Infoline do INEI www.ine.pt.

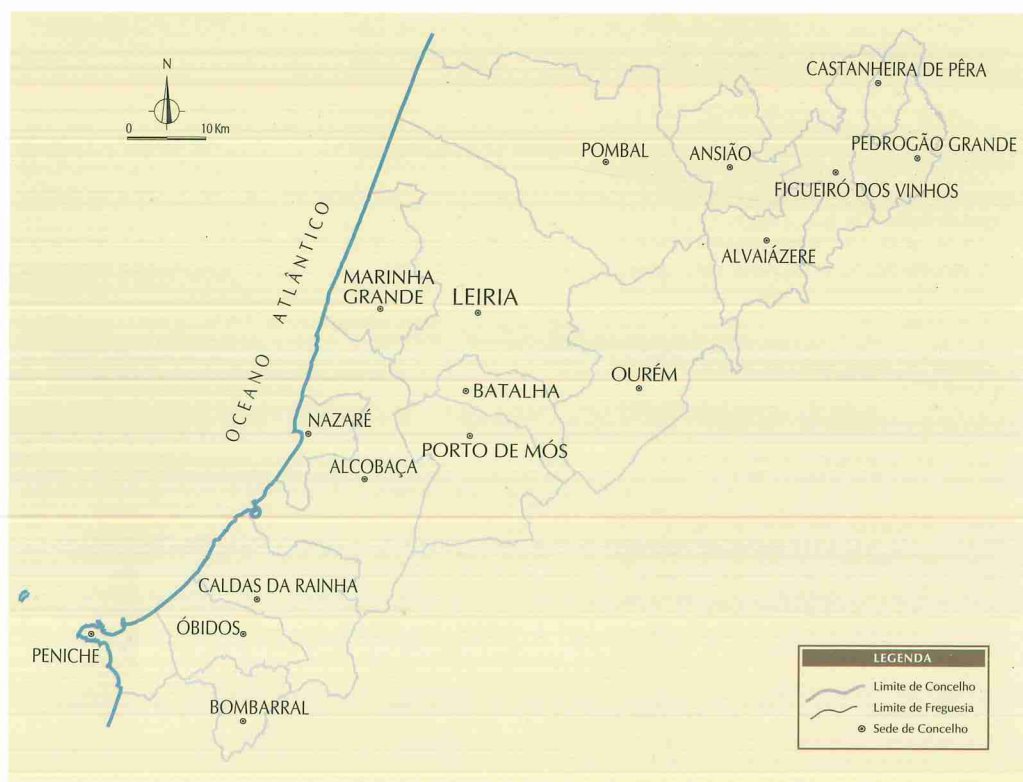


Fig. 2 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO ADMINISTRATIVA (concelhos)

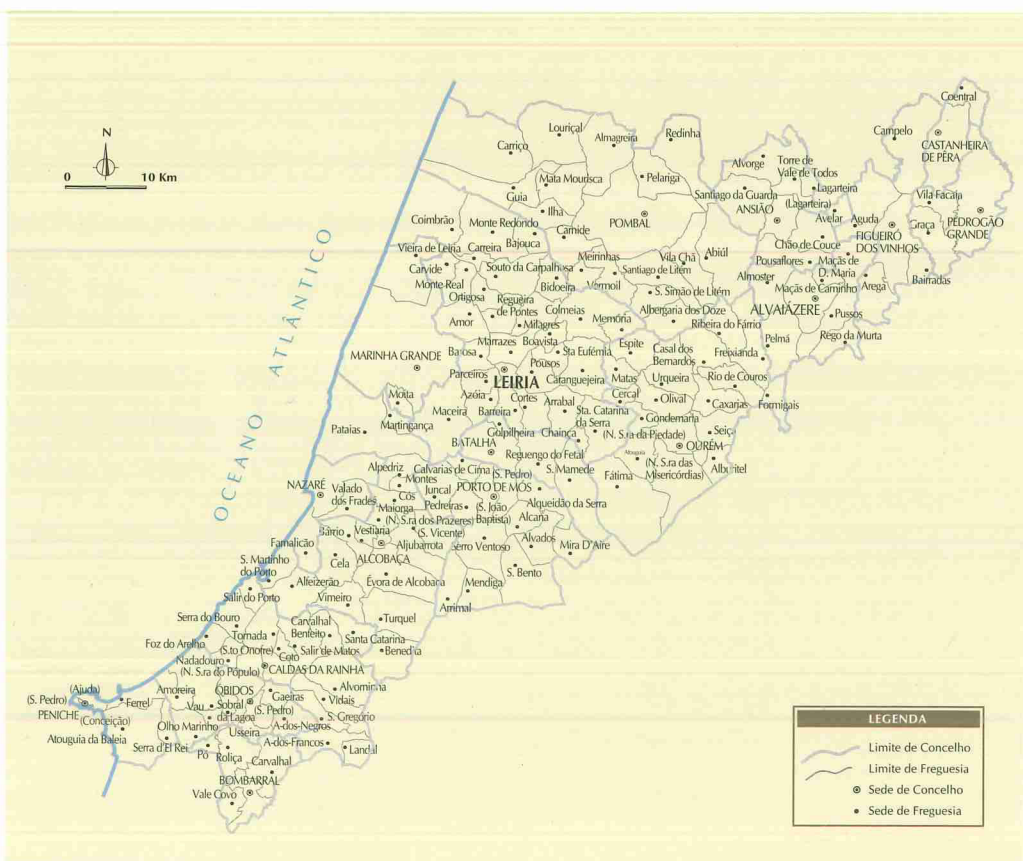


Fig. 3 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO ADMINISTRATIVA (concelhos e freguesias)

A primeira passa pelos concelhos de Pombal, Leiria, Batalha e Ourém; a segunda, por sua vez, cruza os concelhos de Leiria, Marinha Grande, Alcobaca, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos e Bombarral. Os traçados destas vias deixam claro que são os concelhos do interior Norte do distrito de Leiria que apresentam maiores debilidades ao nível dos acessos de qualidade. Por outro lado, a não ligação entre esses dois eixos, junto à cidade de Leiria, inviabiliza ou dificulta a articulação entre ambos.

Refira-se ainda que o concelho de Peniche é servido pela ligação à A8, já parcialmente construída, do IP6, que ainda não consta da carta citada. O mesmo itinerário principal, em perfil de auto-estrada (A15), une o Sul da região, a partir de Óbidos, a Rio Maior e Santarém.

Em termos ferroviários, a situação da região é muito desfavorável, já que apenas a cidade de Pombal é convenientemente servida pela linha do Norte, a mais importante e moderna ligação em caminho-de-ferro do país. De facto, embora a mesma passe também no concelho de Ourém, não se tem mostrado atractivo este tipo de acessibilidade, nomeadamente, no que toca aos fluxos de peregrinos e turistas a Fátima. Quanto à linha do Oeste, não tem conseguido ser uma alternativa viável às rodovias que conduzem a Lisboa, pelo que é notória a progressiva obsolescência deste meio de transporte, quer em termos de mercadorias, quer de passageiros. Esta lamentável situação é, certamente, um estrangulamento ao desenvolvimento regional, tanto mais quanto é sabido ser a ferrovia um transporte muito mais cómodo, seguro e ambientalmente mais recomendável.

Ainda em termos de enquadramento, recordemos as províncias, em que se dividia Portugal Continental. Com efeito, na antiga

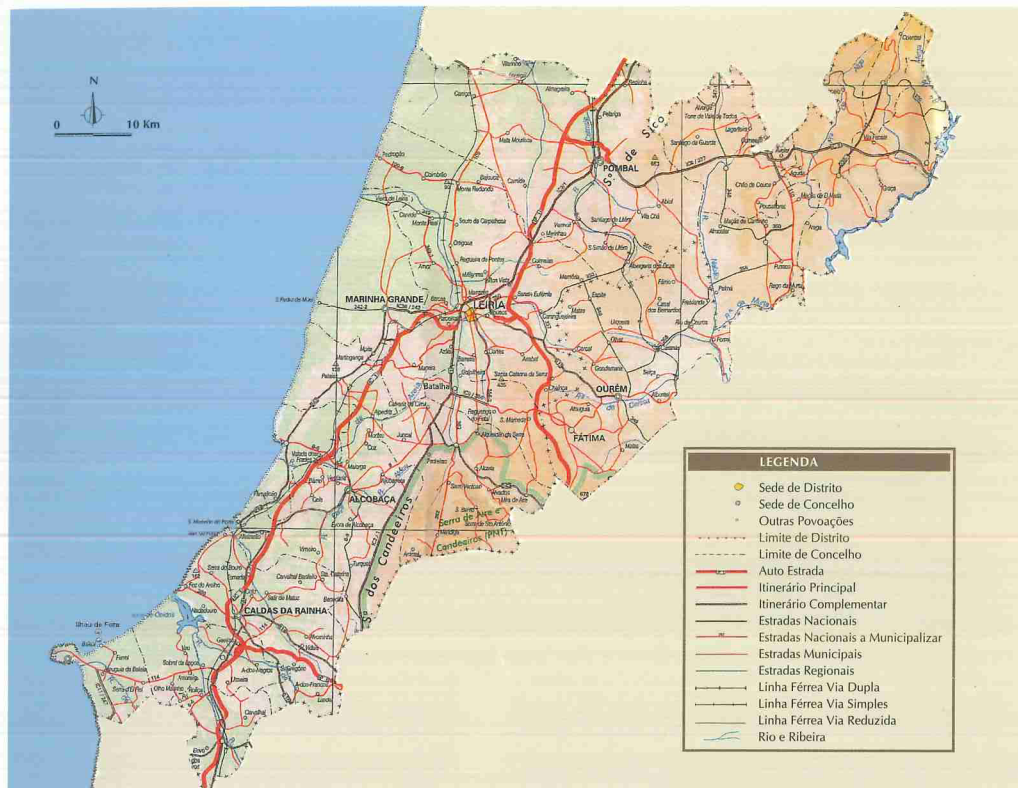
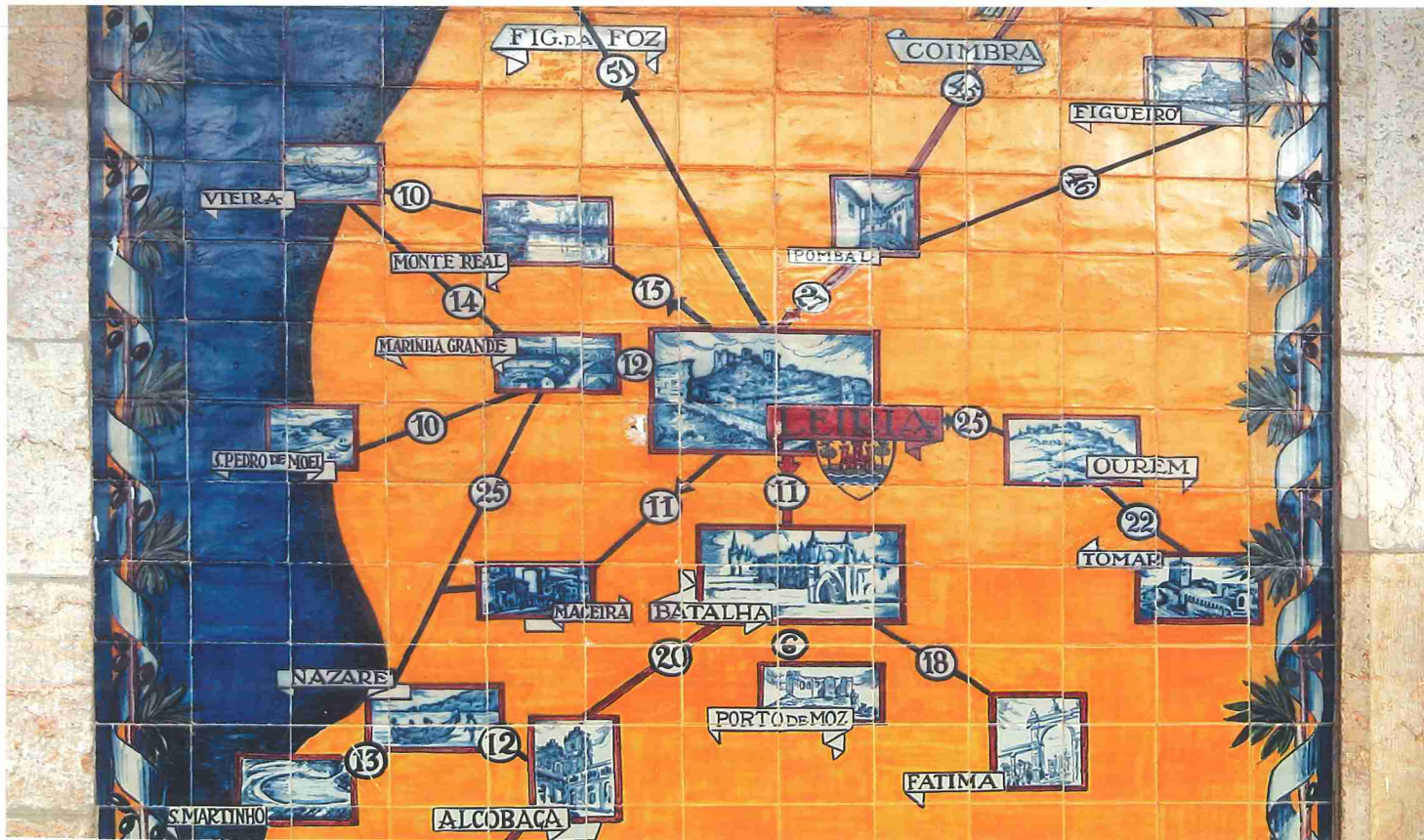
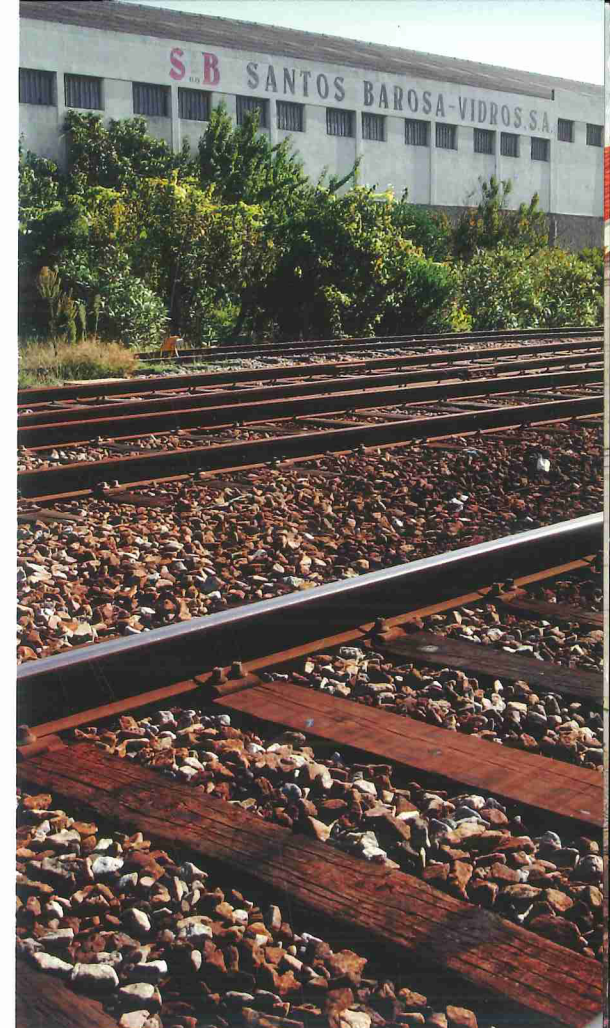
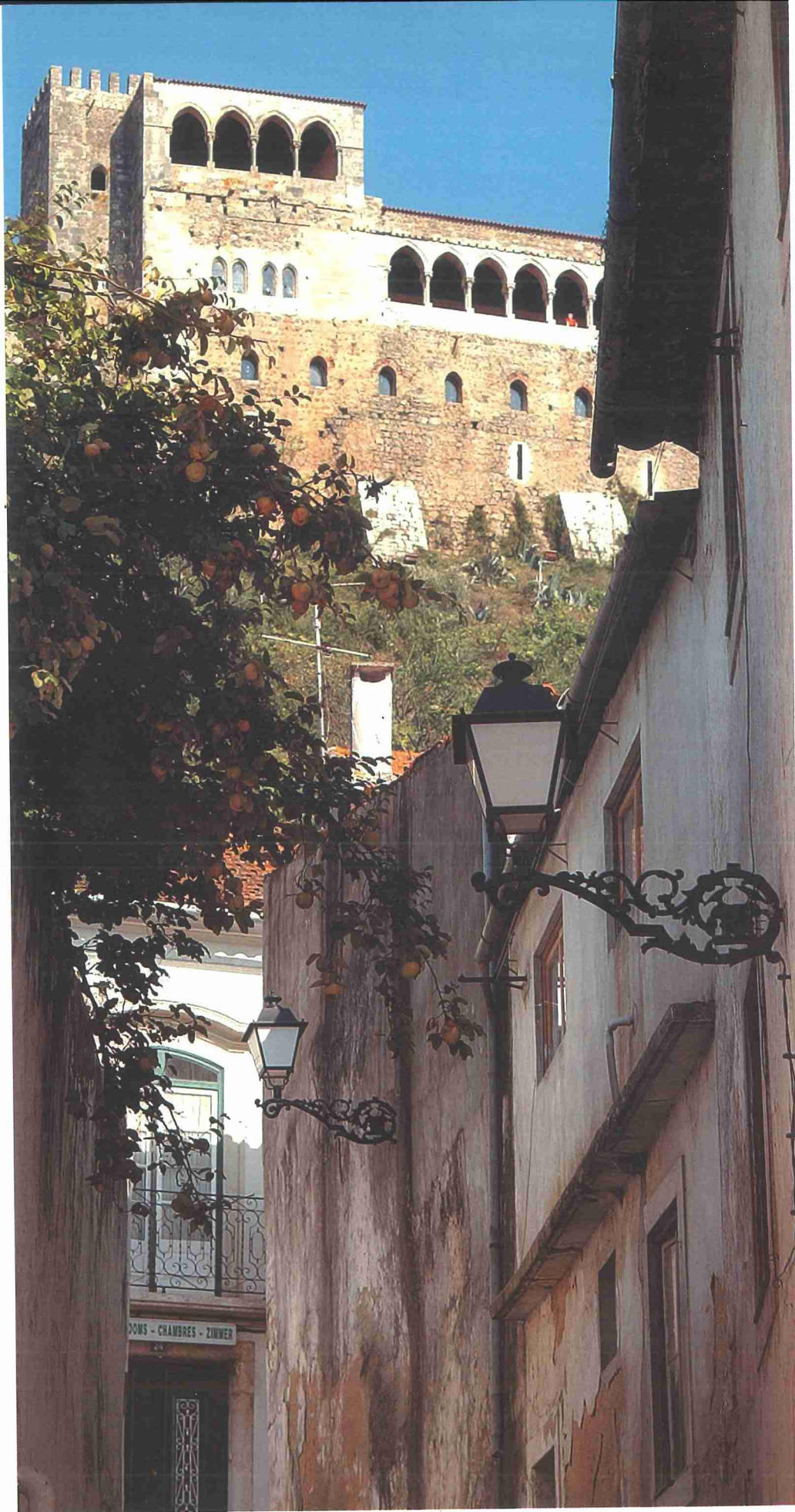
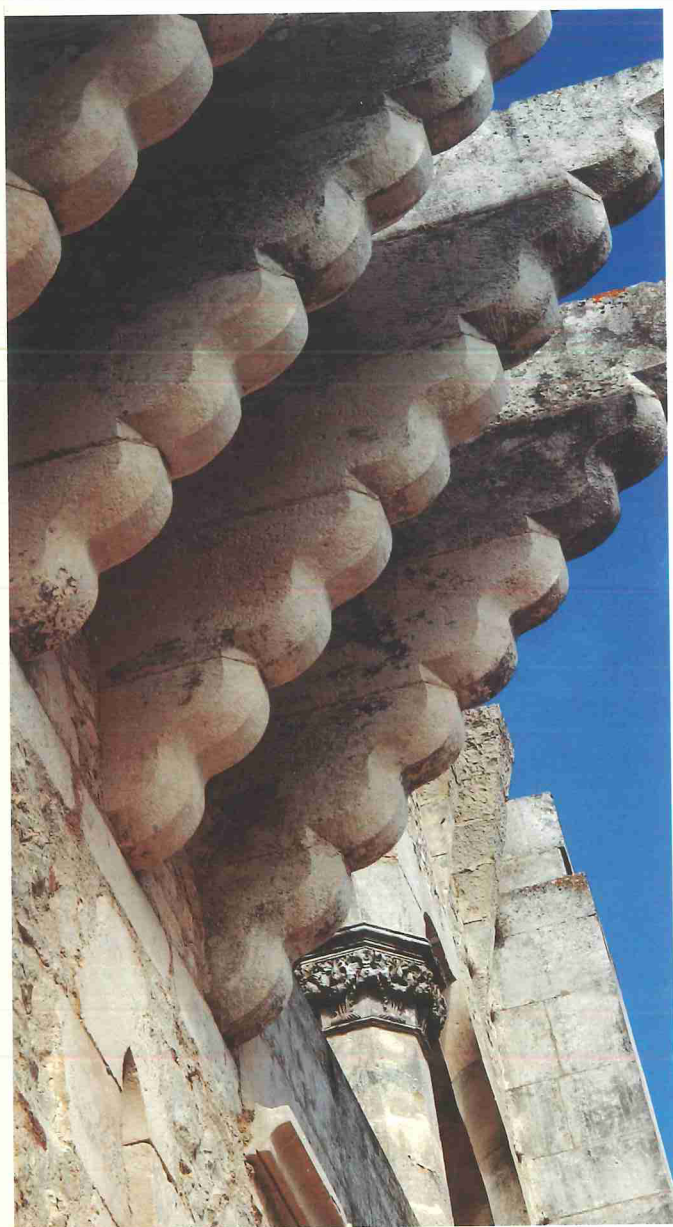


Fig. 4 - REGIÃO DE LEIRIA: PRINCIPAIS ACESSIBILIDADES



divisão provincial (Fig. 5), que ainda hoje alguns persistem em utilizar (como acontece com certos mapas usados no 1.º ciclo do ensino básico), o território em apreço era repartido pelas províncias da Estremadura (de Marinha Grande – Alcobaça – Porto de Mós para Sul) e da Beira Litoral (de Leiria – Batalha – Ourém para Norte), numa repartição que se revelou, aqui, bastante artificial, nomeadamente, por dividir concelhos com grande afinidade como é o caso de Leiria e Marinha Grande ou Batalha e Porto de Mós.



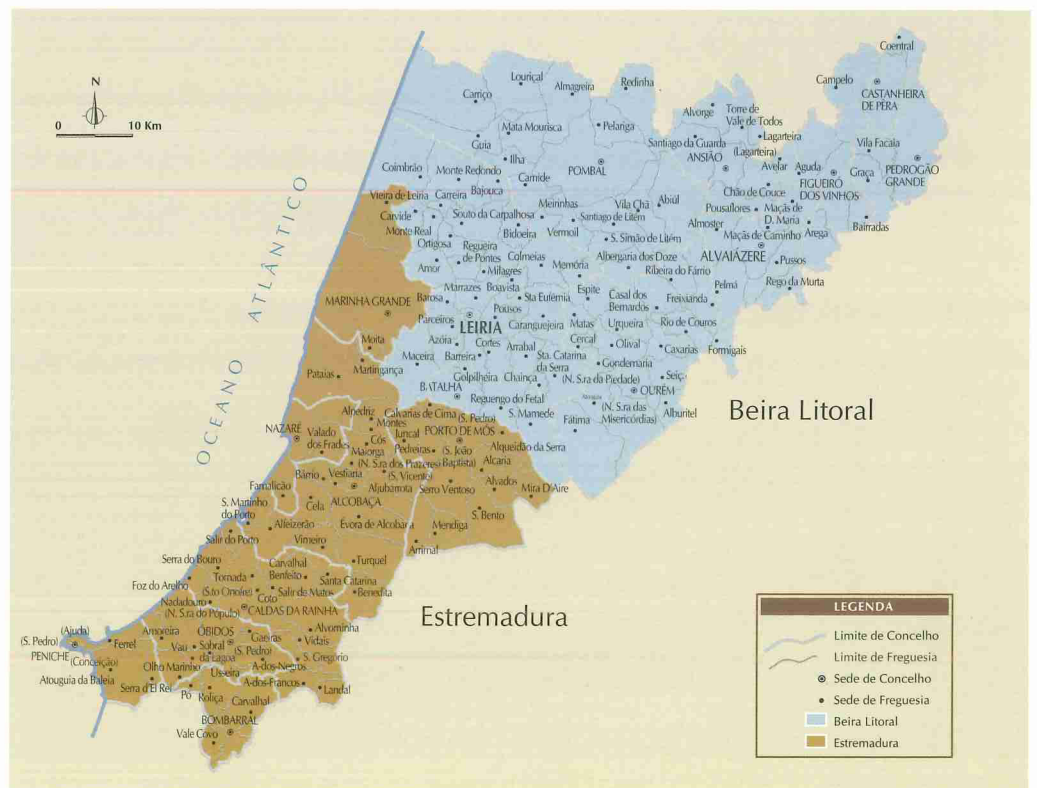
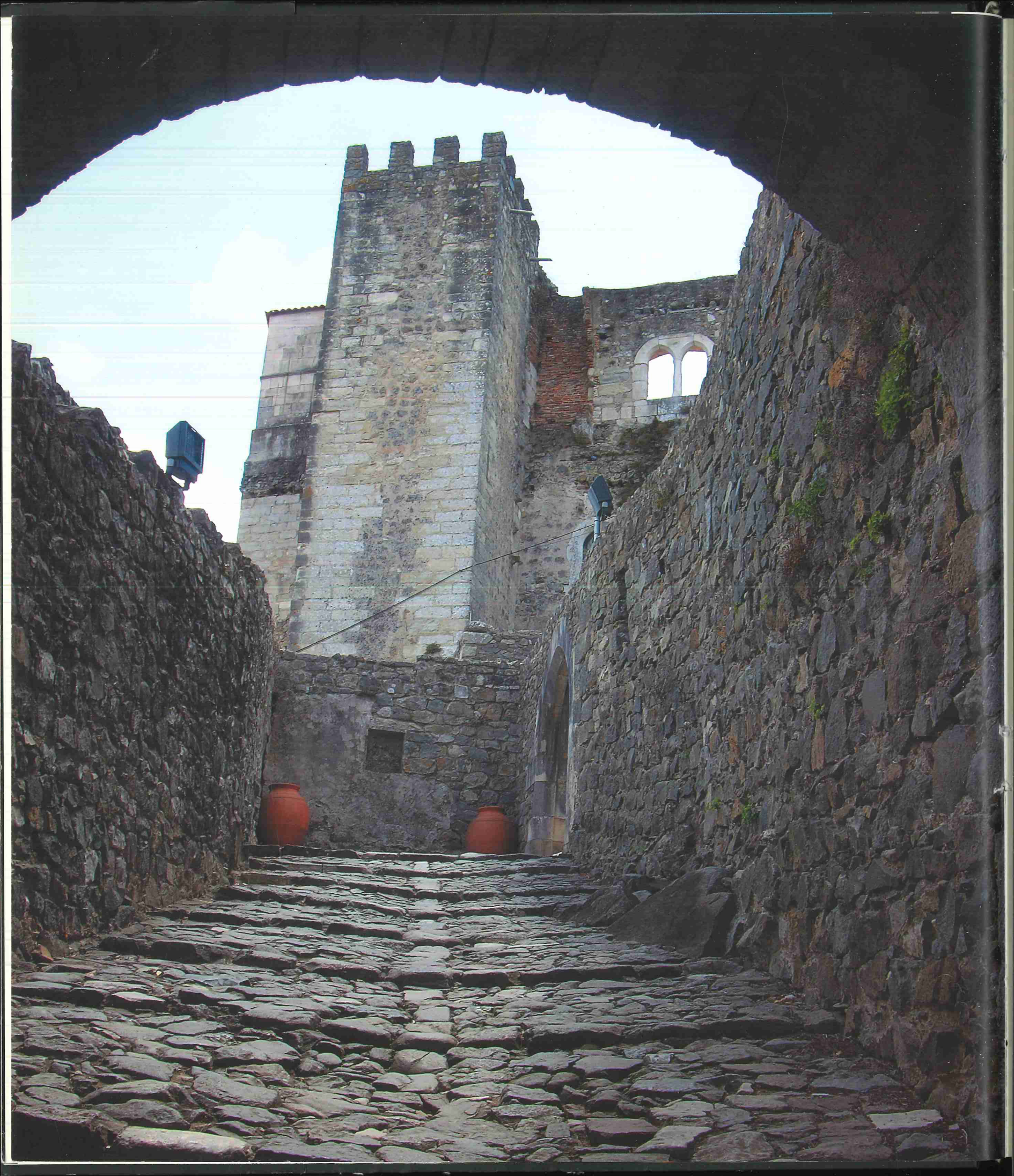


Fig. 5 - REGIÃO DE LEIRIA: ANTIGAS PROVÍNCIAS



DO ESPAÇO ÀS PESSOAS

A linguagem dos mapas

Os mapas favorecem a construção de identidades e são uma forma de representação que induzem à identificação entre as pessoas e os grupos com a parcela da superfície terrestre que habitam, ou ao reconhecimento desta pelos que do exterior a observam. Para aceitar esta afirmação, basta lembrar os exemplos do *hexágono* francês, da *bota* italiana ou do *rectângulo* a que associamos o espaço continental português, recortes de territórios que radicam na análise continuada de mapas e na memória que destes perdura.

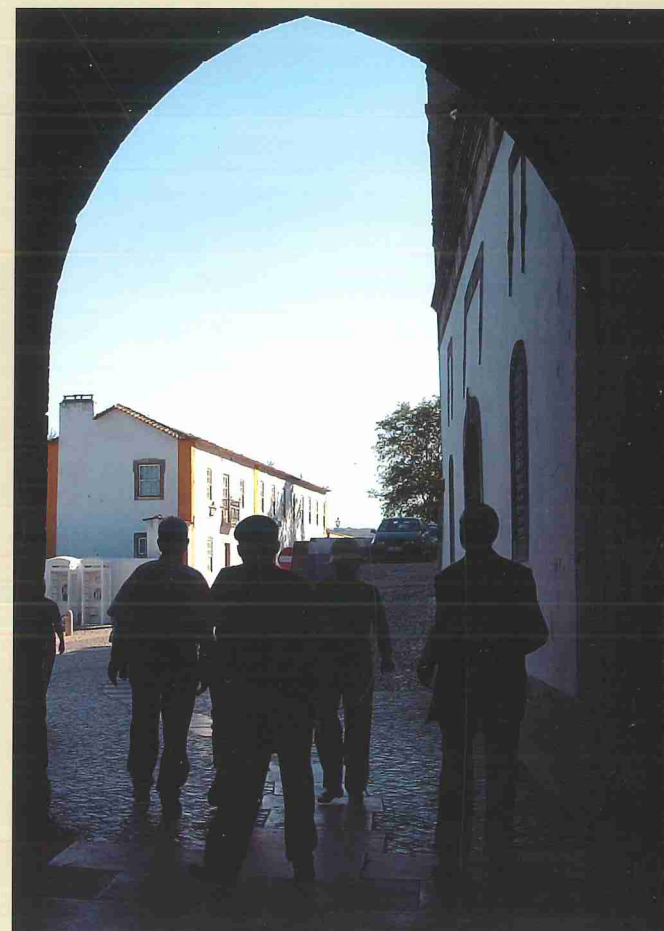
Nas representações geográficas podemos reconhecer os espaços onde residimos, trabalhamos, ocupamos os nossos tempos de lazer, isto é, onde vivemos o quotidiano, onde construímos o nosso *espaço vivido*. De facto, quando falamos de territórios aludimos implicitamente a memórias, a entrelaçamentos entre a percepção e a representação, entre o que vemos e o que imaginamos, entre a realidade e a sua imagem. As ideias que fazemos desta região alimentam-se de figurações, sensações, que nascem em cada um a partir dos encontros positivos ou negativos com os lugares, as trajectórias que os nossos caminhos de vida quotidiana, semanal, mensal, anual,... nos levaram a percorrer.

A legibilidade do território depende do esforço que se faz em investir na informação, mas é preciso ter consciência que os mapas exprimem, sempre, uma selecção deliberada de determinados dados e correspondem a uma representação territorial circunscrita ou mesmo fragmentada. Em todo o caso, o mapa apresenta-se como um instrumento de comunicação, tornando mais fácil conhecer ou visitar certas realidades.

Assim, do conjunto dos diferentes mapas da região que elaborámos, os quais espelham as várias divisões que do seu espaço têm vindo a configurar-se ao longo dos tempos e ao sabor das delimitações que a formam e conformam administrativamente, constata-se a disparidade de critérios que presidiram a tais divisões. Em todo o caso, a agregação do actual distrito de Leiria ao concelho de Ourém apresenta-se útil para os objectivos em vista, já que corresponde a uma área de influência alargada da cidade do Lis, de algum modo sedimentada ao longo de mais de século e meio, no caso do distrito, e ainda mais antiga, no caso da relação com Ourém.

É certo que tal área é bastante mais evidente se se considerar apenas o perímetro correspondente à Diocese de Leiria-Fátima, *grosso modo* retomado em outras circunscrições, como a Região de Turismo Leiria/Fátima (RTL/F) ou a Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE), esta última em fase de desactivação, com a criação das novas comunidades urbanas.

A realidade das diversas entidades em que se tem vindo a exprimir, até agora, o associativismo intermunicipal das 17 autarquias deste território regional afigura-se bastante interessante, até porque resultou da adesão livre dos vários municípios e não de qualquer imposição de carácter político-administrativo.



Deste modo, no que toca às associações de municípios em que estes se agrupavam, com vista à consecução de diversos objectivos e ao exercício voluntariamente em comum de certas competências, patenteia-se a existência de cinco dessas associações com actividade na região (Fig. 6): Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE), Associação de Municípios da Serra de Sicó (ADSICÓ), Associação de Municípios de Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pêra (PEFICA), Associação de Municípios do Oeste (AMO) e Associação de Municípios do Médio Tejo (AMMT).

Embora a durabilidade destas entidades seja actualmente posta em causa, em função da criação e implementação de outro tipo de estruturas supramunicipais, como as áreas metropolitanas ou as comunidades urbanas, não deixa de ser interessante verificar as configurações e, em alguns casos, as sobreposições que se podem observar neste domínio.

Na verdade, apenas duas dessas associações eram integradas exclusivamente por concelhos da região – a AMAE e a PEFICA. Quer a ADSICÓ, quer a AMO ou a AMMT eram constituídas também por concelhos situados fora do contexto aqui analisado. Alguns dos municípios em causa integravam mais do que uma associação intermunicipal, como era o caso de Pombal (membro da AMAE e da ADSICÓ) e de Ourém (associado da AMAE e da AMMT).

Ainda como exemplo de divisão administrativa resultante de adesão voluntária, embora sujeita a alguma forma de aprovação governamental, é de referir o caso das regiões de turismo, as quais promovem e fomentam a actividade turística entre nós.

No quadro regional, a Região de Turismo Leiria/Fátima surge como a principal entidade do turismo da região, integrando oito dos concelhos em causa, dividindo-se os restantes entre a Região de Turismo do Centro, com sede em Coimbra (municípios do Norte do distrito de Leiria), e a Região de Turismo do Oeste (municípios do Sul), sediada em Óbidos – Fig. 7.

Conforme se referiu, a divisão eclesiástica é particularmente relevante também, devido à sedimentação histórica que a formou e que, no caso da Diocese de Leiria-Fátima, parece corresponder à real *capitalidade* que a cidade de Leiria exerce sobre a região circunvizinha. Para além desta circunstância, a notoriedade atingida pelo Santuário de Fátima – principal pólo religioso regional e nacional – constitui uma das imagens de marca da região e um factor fundamental para o seu reconhecimento a nível internacional.

O recorte da Diocese de Leiria-Fátima (ver Fig. 8) apresenta-se como peculiar, face aos restantes modelos de divisão do território regional, atendendo a que a mesma agrupa não apenas concelhos inteiros (Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós), mas também freguesias pertencentes a concelhos que só parcialmente a integram. Tal é o caso das freguesias de Albergaria dos Doze, Carnide, Meirinhas, São Simão de Litém e Vermoil, todas do concelho de Pombal, das freguesias de Aljubarrota (N.^a Sr.^a dos Prazeres e São Vicente), Alpedriz, Martingança, Montes e Pataias, do concelho de Alcobaça, bem como as de Minde e Serra de S. António, do concelho de Alcanena (distrito de Santarém). Refira-se ainda que nem todas as freguesias civis estão erigidas em paróquias (por exemplo, Martingança, Montes, Moita ou Carreira).

Também de salientar, agora não por uma questão histórica ou pela espontaneidade da sua constituição, como acontecia nos exemplos anteriores, é a divisão estabelecida para fins estatísticos. Esta, designada por Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), integra actualmente (Decreto-Lei n.º 244/2002, de 05/11) no seu segundo nível (NUTS II) toda a região que considerámos, já que os concelhos de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche, anteriormente pertencentes a Lisboa e Vale do Tejo, passaram a integrar a NUTS II do Centro e, conseqüentemente, a área de jurisdição da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C).

Em termos de NUTS III, o espaço regional de Leiria subdivide-se pelo *Pinhal Interior Norte* (Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande), *Pinhal Litoral* (Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós), *Médio Tejo* (Ourém) e *Oeste* (Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche) – ver Fig. 9. Nesta situação, igualmente se verifica que apenas uma das áreas em causa (a NUTS III do Pinhal Litoral), é constituída apenas por concelhos da região considerada para efeitos do presente trabalho.

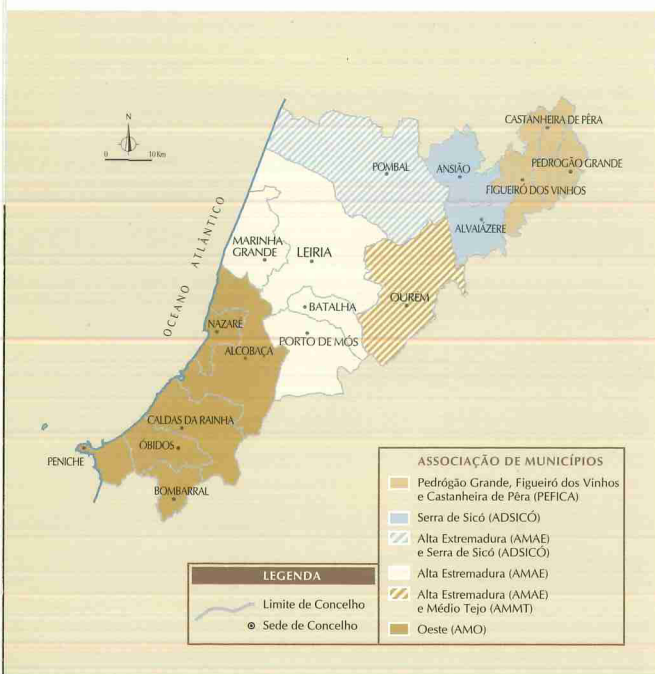


Fig. 6 - REGIÃO DE LEIRIA: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS



Fig. 7 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO TURÍSTICA

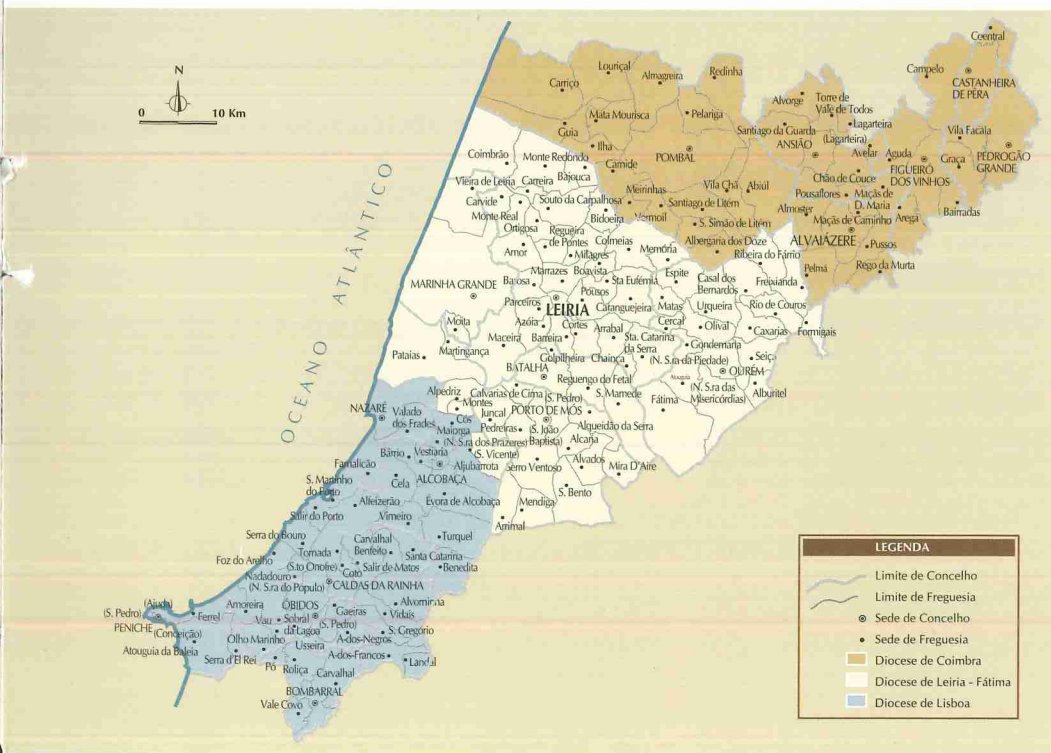


Fig. 8 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO EM DIOCESES



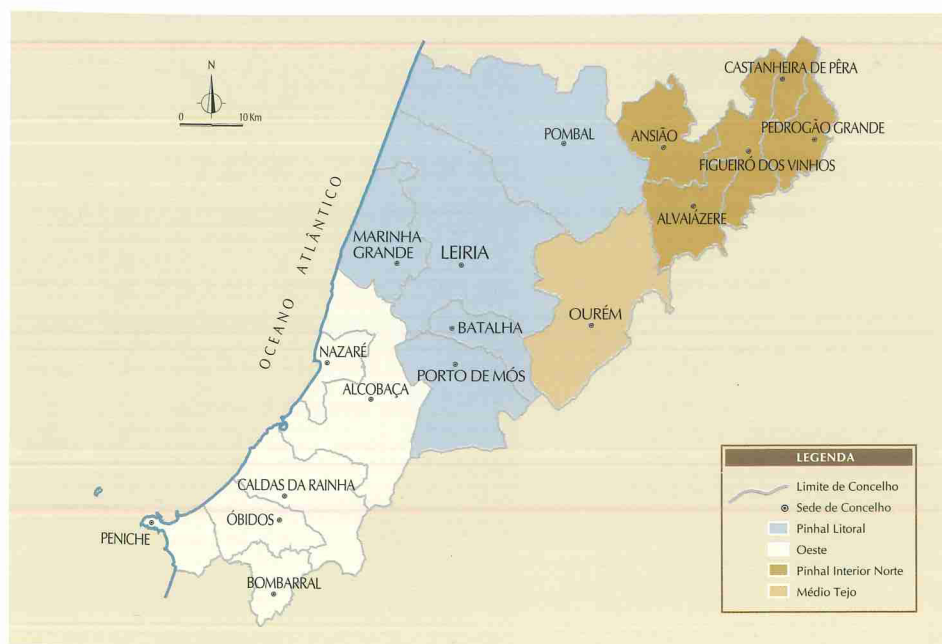


Fig. 9 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO ESTATÍSTICA

Após passar em revista alguns dos mapas mais significativos, apresentamos de seguida alguns exemplos de representação cartográfica de divisões de natureza sectorial. No que diz respeito ao sector da educação, o território em causa reparte-se por duas direcções regionais – a Direcção Regional de Educação do Centro (DREC) e a Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL).

Como se observa na Fig. 10, os concelhos abrangidos, distribuem-se por três coordenações educativas – as CAE de Leiria, da Lezíria e Médio Tejo e do Oeste. No primeiro caso, estão incluídos tanto os concelhos do Pinhal Litoral como do Pinhal Interior Norte.

Quanto à administração pública do sector da saúde, deve dizer-se que prevalece a

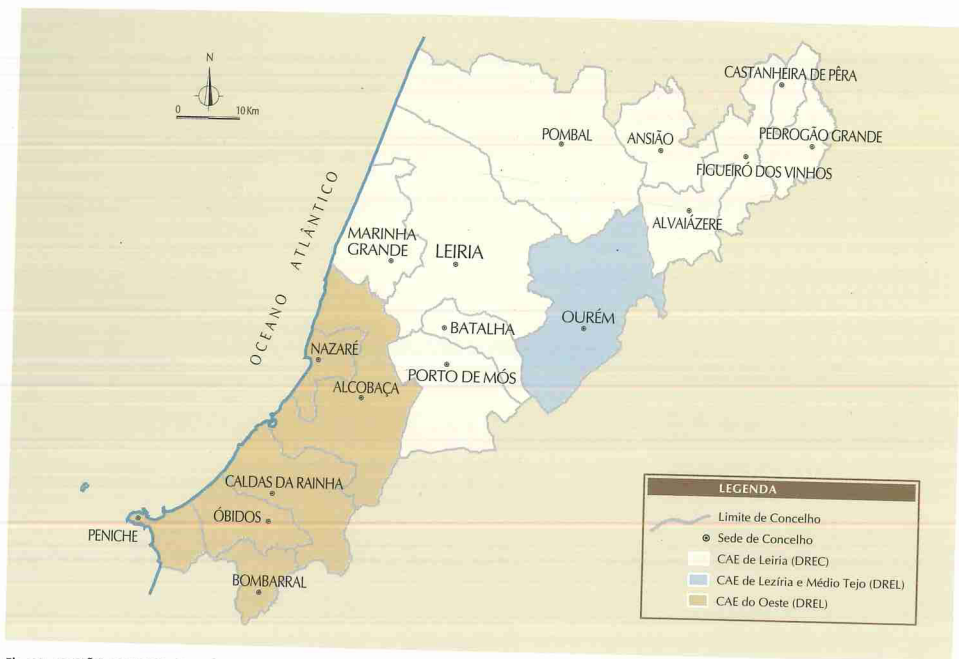


Fig. 10 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO EDUCATIVA

divisão distrital, de um ponto de vista estritamente administrativo, pelo que todos os 16 concelhos do distrito de Leiria integram a Sub-Região de Saúde de Leiria, a qual, por sua vez, está incluída na Administração Regional de Saúde (ARS) do Centro, com sede em Coimbra. O concelho de Ourém, porém, faz parte da Sub-Região de Saúde de Santarém, pertencente à ARS de Lisboa e Vale do Tejo.



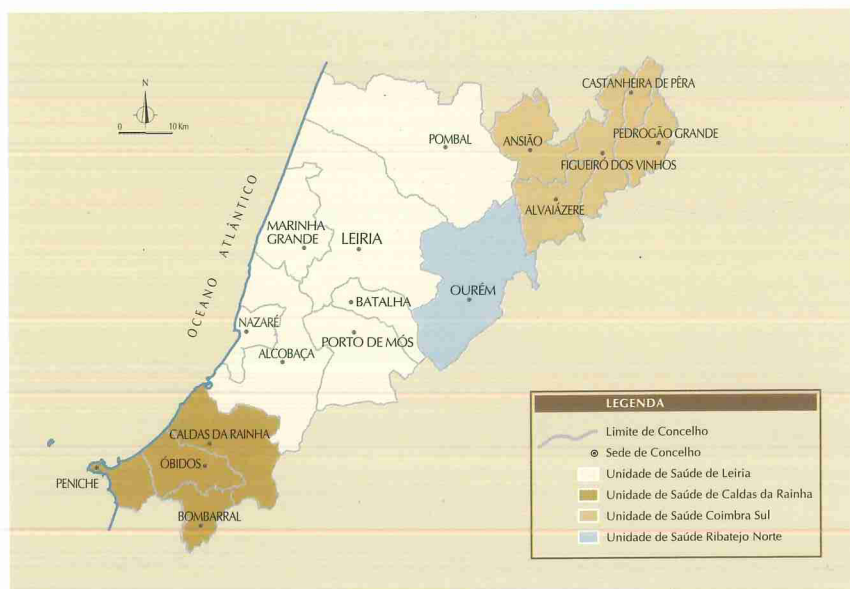


Fig. 11 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO DE SAÚDE

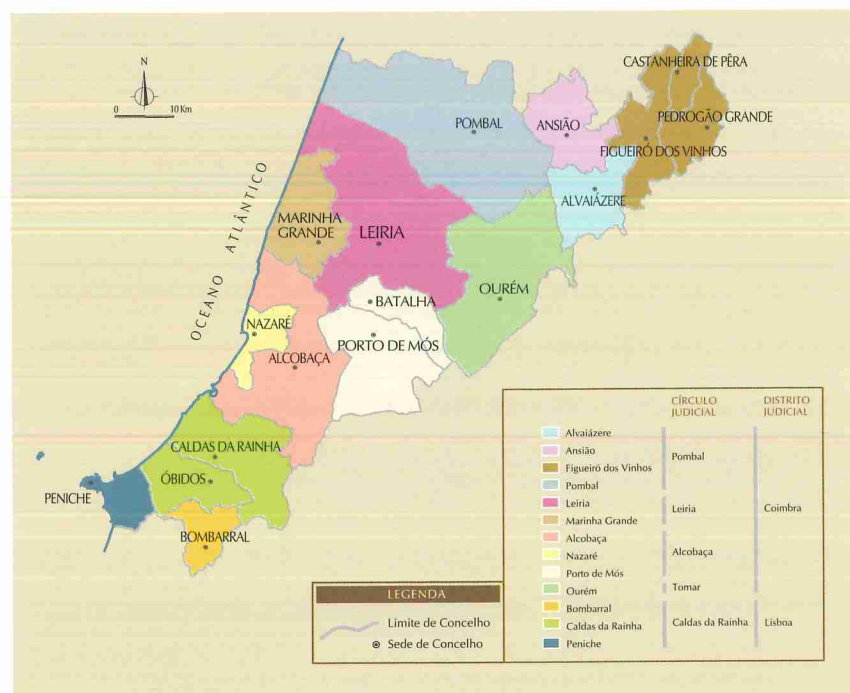
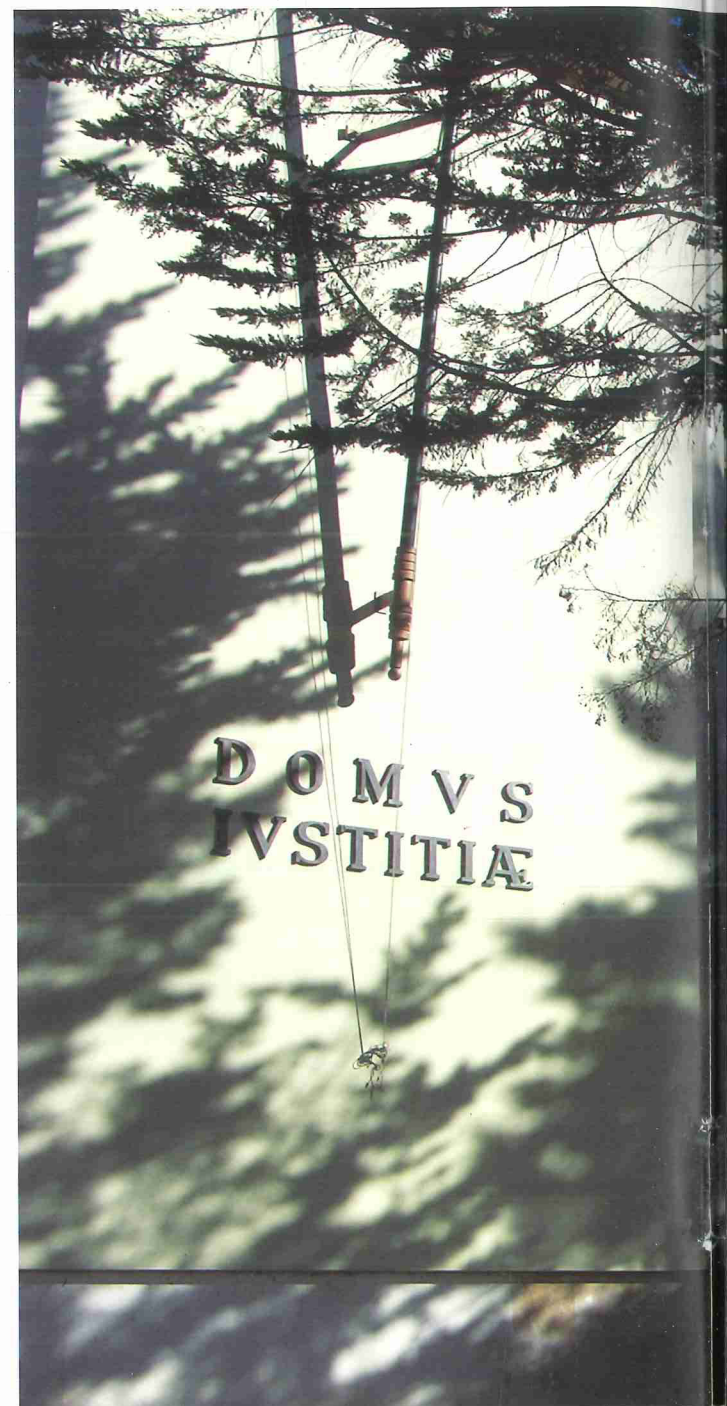


Fig. 12 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO JUDICIAL



Já numa perspectiva mais operacional, o das chamadas *unidades de saúde*, a situação é diferente – vide Fig. 11. De facto, os centros de saúde da Sub-Região de Saúde de Leiria estão integrados em três Unidades de Saúde: A Unidade de Saúde de Leiria, constituída pelos Centros de Saúde de Pombal, Marinha Grande, Gorjão Henriques (Leiria 1), Arnaldo Sampaio (Leiria 2), Batalha, Nazaré, Alcobaca e Porto de Mós e pelos Hospitais de Leiria, Pombal e Alcobaca.

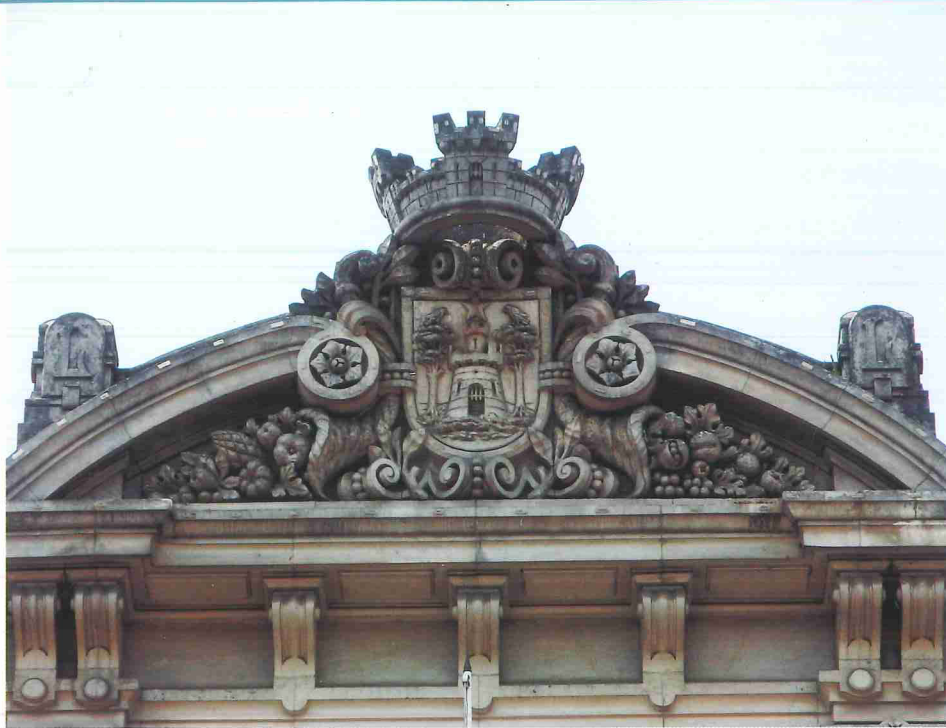
No Sul do Distrito, a Unidade de Saúde de Caldas da Rainha, abrangendo os Centros de Saúde de Bombarral, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche, o hospital de Peniche e o Centro Hospitalar das Caldas da Rainha. Na área setentrional distrital, os Centros de Saúde de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande estão inseridos na Unidade de Saúde de Coimbra Sul. Ourém integra, nesta divisão dos fluxos de doentes e de cooperação dos estabelecimentos públicos de saúde, a Unidade de Saúde do Ribatejo Norte.



No que diz respeito à administração da Justiça, o território regional divide-se, de forma desigual, pelos distritos judiciais de Coimbra e de Lisboa, sendo que a maior parte deste espaço se integra no primeiro – Fig. 12. Como é sabido, as unidades-base da organização territorial do Poder Judicial, em termos dos chamados tribunais comuns, são as comarcas, na região em número de treze.

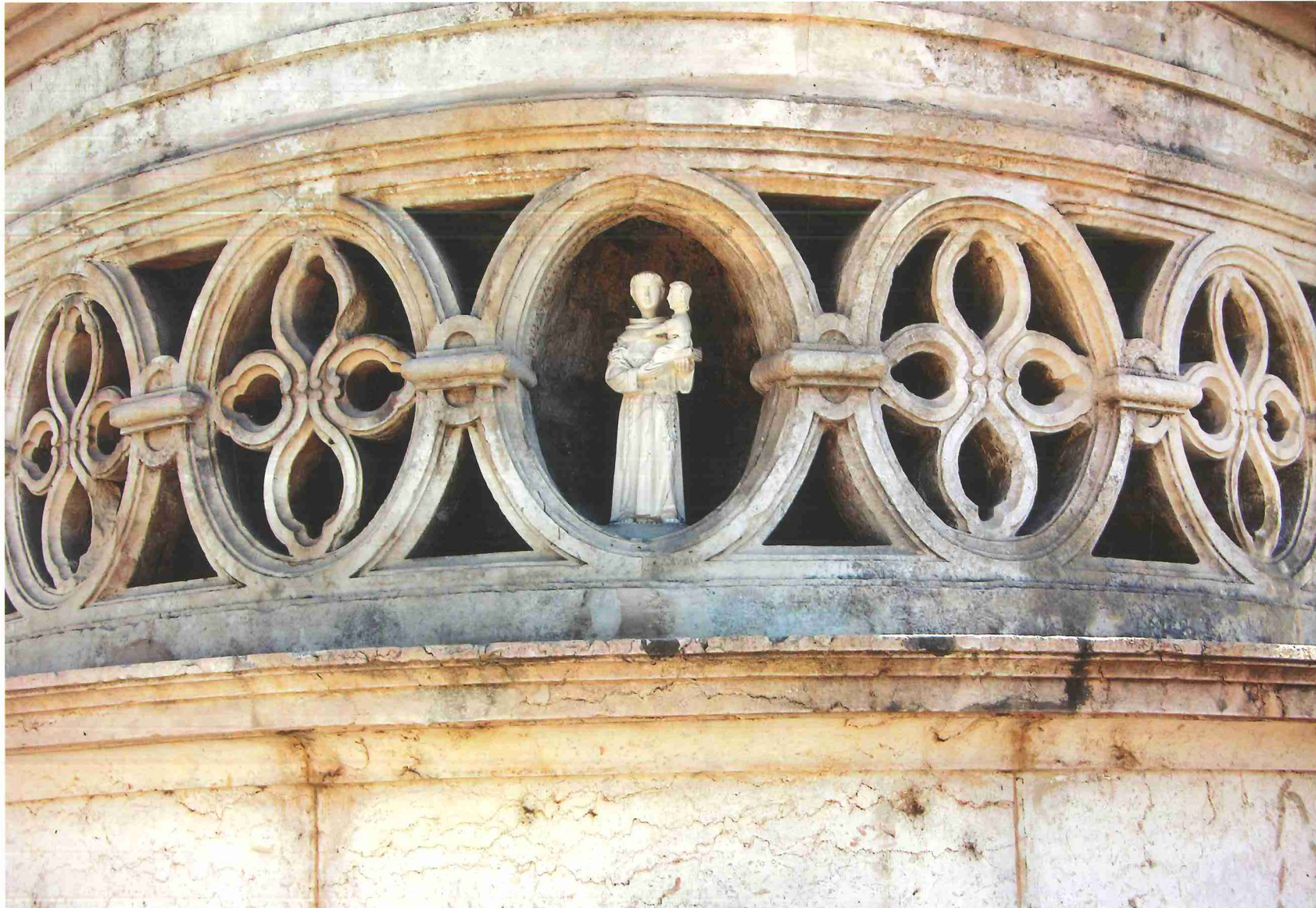
A divisão comarcã nem sempre coincide com a delimitação municipal, pelo que existem, também no quadro regional, vários casos de comarcas que agrupam áreas correspondentes a vários concelhos, como acontece com as comarcas de Figueiró dos Vinhos (que integra, para além deste concelho, os espaços concelhios de Castanheira de Pêra e de Pedrógão Grande), de Porto de Mós (abrangendo este município e o da Batalha) e de Caldas da Rainha. Neste último exemplo são abarcados os concelhos de Caldas e o de Óbidos, tendo Bombarral, que até há poucos anos lhe pertencia, sido erigida em nova comarca, a mais recente da região.





O mesmo aconteceu, algum tempo antes, com a comarca da Nazaré, cujo município integrava anteriormente a comarca de Alcobaça.

Entre a divisão por comarcas e a dos distritos judiciais, situa-se a dos círculos judiciais, que agrupam as primeiras num patamar intermédio de organização. As comarcas da região integram os seguintes círculos judiciais: Pombal (Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos e Pombal), Leiria (Leiria e Marinha Grande), Alcobaça (Alcobaça, Nazaré e Porto de Mós), Tomar (Ourém) e Caldas da Rainha (Bombarral, Caldas da Rainha e Peniche).



Em termos da articulação funcional das forças de segurança, deve começar por recordar-se que, em regra, a Polícia de Segurança Pública (PSP) se ocupa dos aglomerados urbanos e a Guarda Nacional Republicana (GNR) das áreas rurais, conforme se pode comprovar no mapa que produzimos e que consta da Fig. 13.

Apenas de notar que nas freguesias em que, como acontece em Pombal, Marinha Grande, Ourém (N.ª Sr.ª da Piedade) e Fátima, só uma parte do seu território se enquadra na classificação de zonas urbanas, a PSP está incumbida da manutenção da ordem nestas últimas, sendo a GNR encarregada da restante área dessas freguesias. O mesmo se passa nas freguesias que rodeiam a cidade de Leiria e que, parcialmente, integram a respectiva área urbana. De tais circunstâncias resulta a presença de ambas as corporações policiais em certas freguesias da região, o que é devidamente assinalada no mapa referido.

Convém mencionar que a PSP dispõe de um comando distrital, com sede em Leiria, e esquadras nos seguintes pólos urbanos: Alcobaça, Caldas da Rainha, Marinha Grande, Nazaré, Peniche, Pombal, São Martinho do Porto e São Pedro de Moel. As esquadras de Ourém e de Fátima subordinam-se ao Comando Distrital de Santarém.

No que concerne à GNR, a área do distrito de Leiria integra o chamado Grupo Territorial de Leiria, pertencente à Brigada Territorial n.º 2, sediada em Lisboa, e dispõe de *destacamentos*

territoriais em Caldas da Rainha, Leiria e Pombal. O primeiro abrange os *postos territoriais* de Alcobaça, Benedita, Bombarral, Caldas da Rainha, Óbidos, Pataias, Peniche e Valado de Frades. O segundo, por sua vez, abarca os *postos territoriais* de Batalha, Leiria, Mira D'Aire, Monte Real, Monte Redondo, Porto de Mós e Vieira de Leiria. O Destacamento Territorial de Pombal dispõe de postos em Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Guia. O concelho de Ourém dispõe de um posto territorial, com acção na respectiva área rural, funcionalmente dependente do Destacamento Territorial de Tomar, o qual faz parte da mesma brigada territorial a que Leiria pertence.

O último dos mapas que neste ponto apresentamos diz respeito à mais recente reorganização administrativa do país, desencadeada a partir de 2003, com as Leis n.º 10/2003 e n.º 11/2003, de 13/05, as quais têm vindo a ser implementadas desde 2004. Este processo resulta da agregação dos municípios, numa base voluntária e por deliberação dos seus órgãos representativos, em três tipos de agrupamentos, definidos em função do número de municípios envolvidos e da população por eles abrangida: a Grande Área Metropolitana (GAM), a Comunidade Urbana (ComUrb) e a Comunidade Intermunicipal (ComInter).

Na nossa região (ver Fig. 14), esta reforma conduziu à repartição dos 17 concelhos em três dessas entidades. Leiria polarizou uma ComUrb, abrangendo os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, com a designação de AMLEI – Área Metropolitana de Leiria. Esta denominação parece traduzir o objectivo de transformação desta Comunidade Urbana numa GAM, o que, por ora, não foi conseguido devido ao não preenchimento dos requisitos legais a que já se aludiu¹.

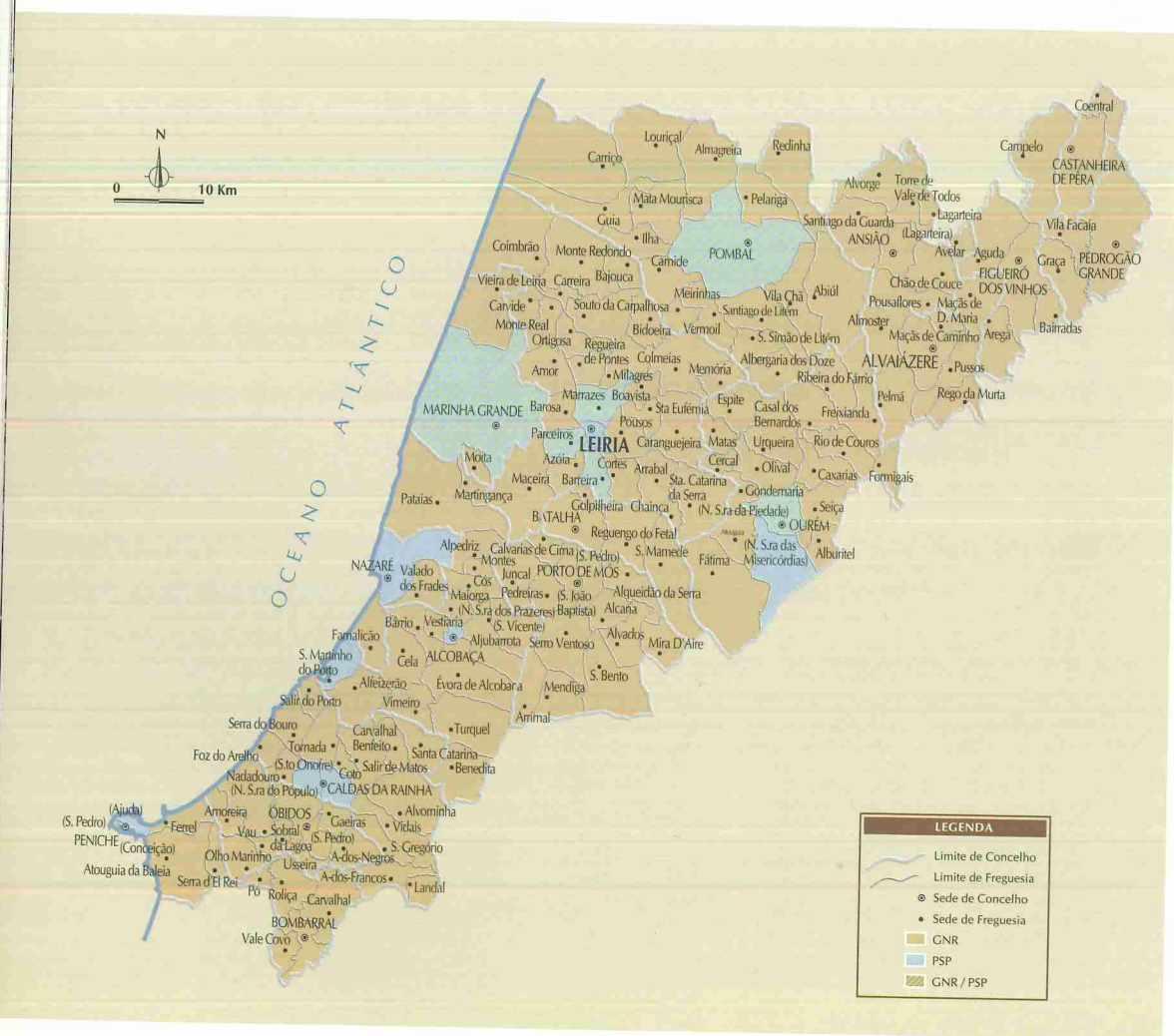
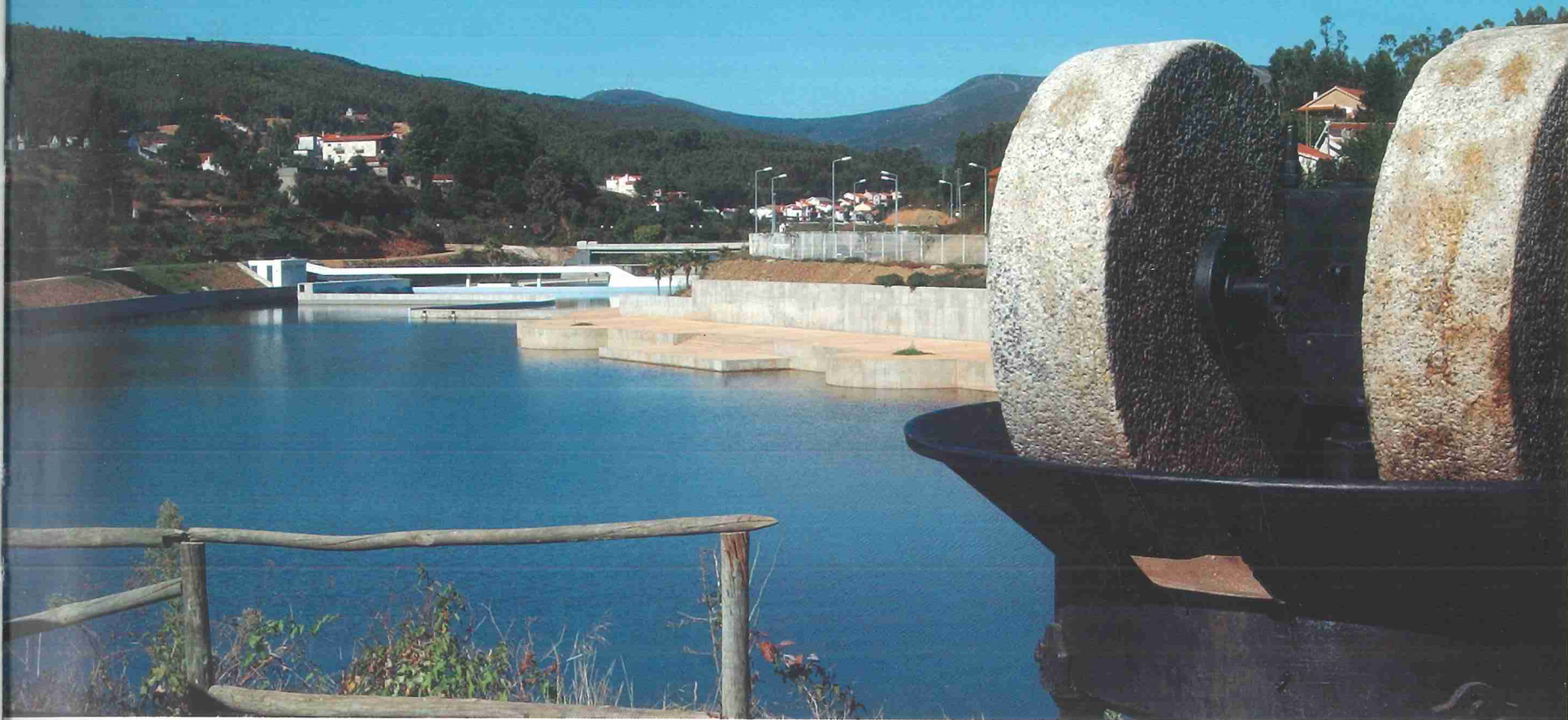


Fig. 13 - REGIÃO DE LEIRIA: DIVISÃO DA GNR E DA PSP



Os concelhos do Sul do distrito de Leiria optaram por integrar, juntamente com outros concelhos vizinhos, com os quais já constituíam a Associação de Municípios do Oeste, a ComUrb do Oeste. Apenas o concelho da Nazaré, impossibilitado de pertencer à AMLEI², como parecia vontade dos seus dirigentes, por não se situar em contiguidade territorial com os municípios que fazem parte desta, não tinha ainda decidido qual a sua posição, à data em que este texto foi redigido, pelo que no mapa surge representado a branco.

Numa fase, aparentemente, ainda muito embrionária, estão os três concelhos do Nordeste do distrito de Leiria (Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande), os quais têm manifestado a intenção de, juntamente com outros concelhos limítrofes, criarem uma Comunidade Intermunicipal, com a designação provável de *ComInter do Pinhal*.

Embora legalmente previsto, é ainda incerto o futuro deste novo modelo administrativo, devido a uma certa indefinição das suas atribuições e competências e, sobretudo, dos meios financeiros que lhes serão alocados, pelo que não é possível, por enquanto, antever qual a efectiva influência de tal modelo na (re)configuração da região a que nos reportamos.

A “nossa região” é, pois, uma área regional que se exprime e consubstancia numa pluralidade de mapas. Este facto resultará de leituras divergentes sobre o território, ao sabor de opções quantas

vezes infundamentadas e, por isso mesmo, de difícil leitura. Em todo o caso, alguns dos mapas em que se plasmam os vários recortes espaciais desta porção do centro litoral português aí estão, como representação visível da fragmentação que marca esta parte do continente português.



Fig. 14 - REGIÃO DE LEIRIA: NOVA DIVISÃO ADMINISTRATIVA (2004)

¹ Com efeito, os municípios da AMLEI são apenas 8 (sendo exigidos um mínimo de 9), os quais abarcavam, em 2001, 319.363 habitantes (quando a lei impõe um limiar de 350.000).

² Em todo o caso, mesmo que fosse possível tal adesão, a AMLEI não poderia vir a beneficiar do estatuto de GAM, na medida em que continuava a não cumprir o requisito relativo à população, pois ficaria apenas com 334.423 habitantes.



DO ESPAÇO ÀS PESSOAS

Os dinamismos demográficos regionais

A região sobre a qual nos debruçamos é hoje geralmente considerada uma área demograficamente atractiva, receptora de movimentos migratórios tanto internos como externos.

De facto, a sua inserção no litoral português – a faixa do território actualmente mais dinâmica do ponto de vista da população, a situação que ocupa a meio caminho entre as duas grandes áreas metropolitanas do país (Lisboa e Porto) e uma relativa pujança económica, traduzida num tecido empresarial de PME's, são outros tantos factores que têm contribuído para tal qualificação.

Em todo o caso, o território regional encerra em si mesmo algumas assimetrias, sendo muito desiguais as variações nos indicadores populacionais em cada um dos 17 concelhos que compõem o espaço considerado.

Começemos por analisar a evolução da população regional no período compreendido entre 1864 e 2001, relativamente ao qual se dispõem de dados periodicamente obtidos em operações censitárias³. Neste período, a população em causa variou entre os 194.858 e os 505.642 habitantes, ou seja, o número destes é hoje cerca de duas vezes e meia superior ao registado 137 anos antes (ver ANEXOS - Tabela I). Refira-se ainda que, em 1527, de acordo com os resultados do *Numeramento* então realizado, se estimava em cerca de 33.608 o total de residentes na região⁴.

Com base nos resultados dos catorze recenseamentos populacionais, correspondentes ao lapso de tempo supra mencionado, construímos a Fig. 15, na qual surge graficamente representada o percurso demográfico regional, ao longo dos séculos XIX-XXI.

No ciclo temporal em causa, a curva da população a nível regional acompanha, com algumas *nuances* relevantes, a registada, em igual período, no todo nacional (cfr. ANEXOS - Tabela II). Assim, entre 1864 e 1911 o crescimento demográfico registado

traduz, como no conjunto do país, saldos fisiológicos substanciais. Já entre 1911 e 1920, a estagnação (ocasionada pelas elevadas taxas de mortalidade, devidas à gripe pneumónica e à participação militar nacional na I Guerra Mundial, bem como aos fluxos migratórios, em especial em direcção ao Brasil) que se verificou no total da população portuguesa não foi sentida tão intensamente na região.

No período seguinte (1920-1950), assiste-se também nesta região a um acréscimo populacional muito significativo e acelerado, em consequência da redução da taxa de mortalidade (motivada, entre outras razões, por melhores condições de vida, de assistência médica e higiene) e do declínio da emigração (causado pela crise económica internacional dos anos 30 e pela II Guerra Mundial).

Entre 1950 e 1970, porém, o número de emigrantes aumenta de tal modo que se assiste, na década de 50, a um crescimento muito lento e, na de 60, pela primeira vez, na região como no país, a um crescimento negativo, precisamente em função de intensas correntes migratórias, desta feita rumando a países europeus mais ricos, como a França ou a Alemanha.



Fig. 15 - REGIÃO DE LEIRIA: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (1864-2001)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados do INE (1964; 1970a, 1981, 1991 e 2002a).

³ Reportamo-nos aos concelhos actualmente existentes, se bem que se tenham registado inúmeras alterações ao longo do período em causa, em termos das divisões administrativas por concelho e freguesia; todavia, a partir de dados retrospectivos oficiais (INE, 1964), foi possível reconstituir a evolução demográfica com referência às áreas municipais de hoje.

⁴ O cálculo que efectuámos resulta da soma do número de moradores apontado no *Numeramento* de 1527 para cada uma das unidades administrativas à época consideradas e cujo território integra actualmente a área regional em estudo: Alcobaça, Alfeizerão, Aljubarrota, Alpedriz, Cela, Coz, Évora de Alcobaça, Maiorga, Paredes, S. Martinho do Porto e Turquel (actual concelho de Alcobaça); Alvaizere, Maças de Caminho, Maças de D. Maria e Pussos (actual concelho de Alvaizere); Avelar e Pousaflares (actual concelho de Ansião); Batalha; Alvomoinha, Caldas da Rainha, Salir de Matos, Salir do Porto e Santa Catarina (actual concelho das Caldas da Rainha); Aguda e Arega (actual concelho das Figueiró dos Vinhos); Leiria; Pederneira (actual concelho da Nazaré); Óbidos; Atouguia da Baleia (actual concelho da Peniche); Abiúl, Pombal e Redinha (actual concelho de Pombal); Porto de Mós; Ourém. Para apurar o número de habitantes da região, seguimos GALEGO e DAVEAU (1986: 65), utilizando "um dos critérios adoptados em estudos demográficos para esta época, segundo o qual a cada fogo ou morador corresponderia uma média de 4 pessoas".

Na década subsequente (1970-1981) apura-se um acréscimo demográfico, o qual é, no contexto regional em apreço; bem menos intenso do que o verificado no conjunto nacional, em função do estancamento da saída de emigrantes e do retorno de centenas de milhar de portugueses provindos das antigas províncias ultramarinas. Aliás, a população da região de Leiria, em 1981, era em número pouco superior ao que tinha sido recenseado em 1960. Provavelmente, na região e, de modo particular, em alguns dos concelhos que a compõem, continuavam a registar-se movimentos migratórios consideráveis, não sendo aqui tão visível a quebra da emigração registada após o primeiro choque petrolífero (1973).

De 1981 a 1991, aqui como no todo nacional, a população quase não cresce, apesar do aumento da esperança média de vida, visto que se acentuaram os efeitos de uma taxa de natalidade cada vez mais baixa.

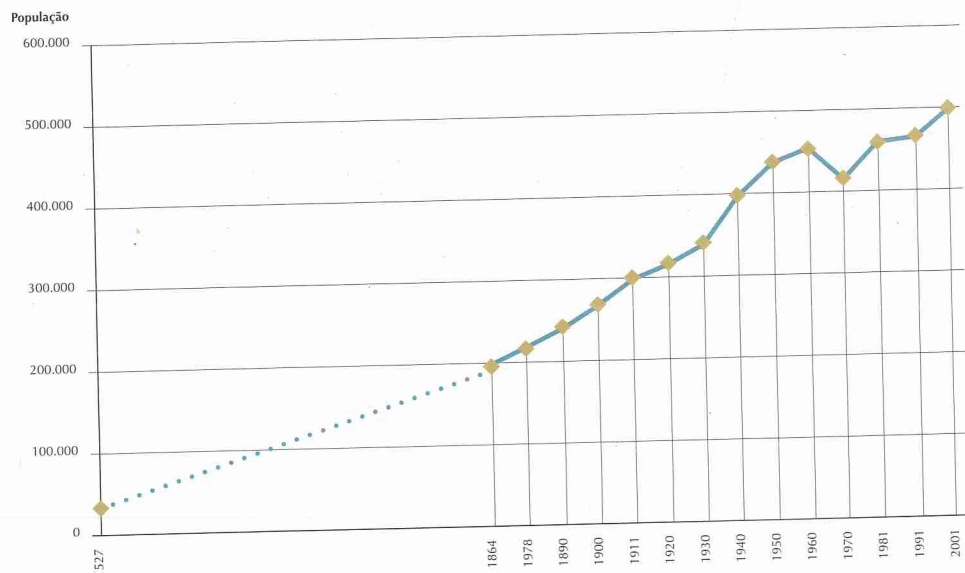


Fig. 16 - REGIÃO DE LEIRIA: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (1527-2001)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados de GALEGO e DAVEAU (1986) e INE (1964; 1970a, 1981, 1991 e 2002a).

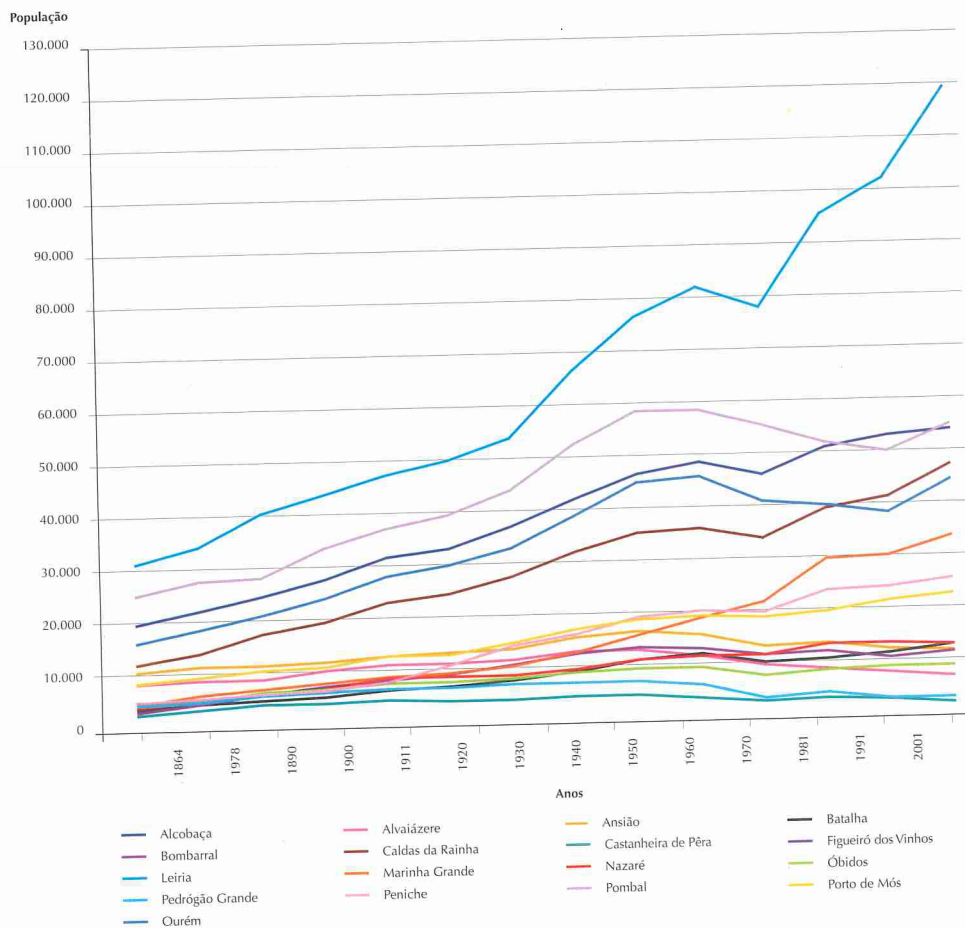
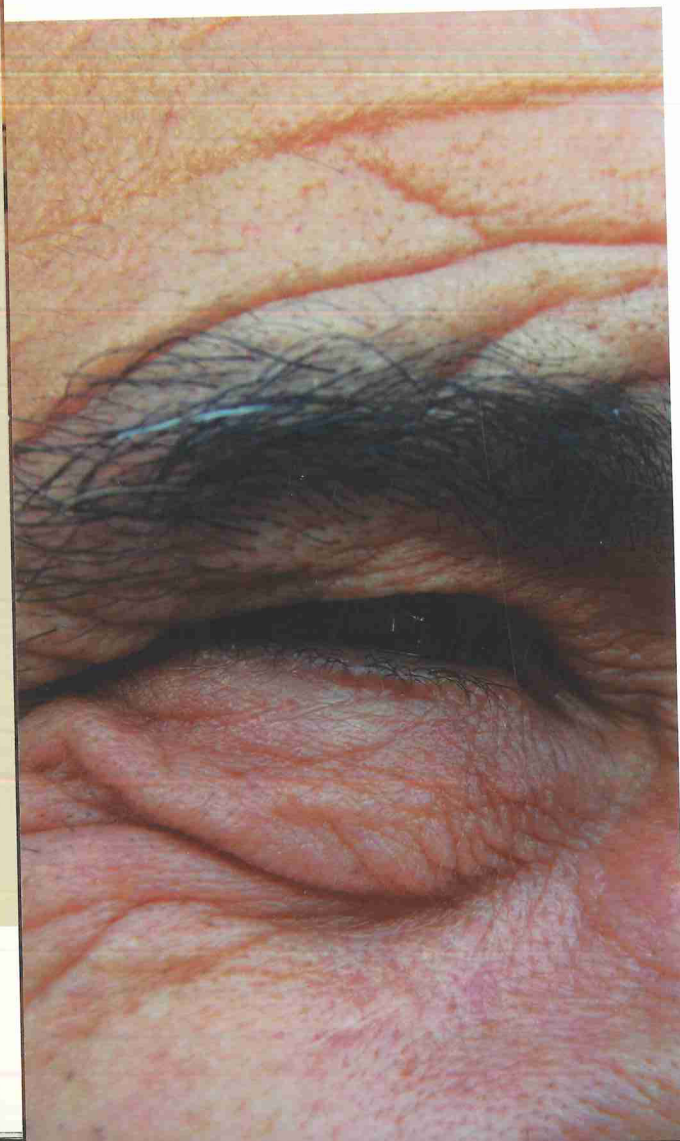


Fig. 17 - REGIÃO DE LEIRIA: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO por concelhos (1864-2001)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados de INE (1964; 1970a, 1981, 1991 e 2002a).





Mais recentemente (1991-2001), surge um novo factor de explicação demográfica: a imigração. A região e o país conhecem um fenómeno inédito, na dimensão com que acontece, na história da sua demografia – os fluxos de trabalhadores estrangeiros, originários tanto dos PALOP e do Brasil, como, sobretudo, de países do Leste europeu. O crescimento demográfico passa a ser causado muito mais pelo saldo migratório do que pelo saldo natural.

Vejamos agora (Fig. 16), o ciclo demográfico mais longo, o qual inclui o número de habitantes estimado em função do *Numeramento* de 1527. Embora se registem apenas os resultados construídos a partir deste, decorrendo 337 anos até ao momento seguinte (1864), pode observar-se que a população da região terá crescido 480% nesses mais de três séculos, isto é, cerca de 1,4% por ano, em média. De 1864 até ao Censo de 2001 – um período de 137 anos – tal crescimento médio foi um pouco inferior, situando-se nos 1,2% anuais.

Como se constatou nas figuras antecedentes, a região superou ligeiramente, no Censo de 2001, o patamar de meio milhão de habitantes. Contudo, o contributo de cada um dos concelhos para este número apresenta diferenças de monta entre os mais populosos de entre eles e os de menor expressão demográfica.

Tais discrepâncias surgem bem visíveis na Fig. 17, em que se traça a evolução populacional nos 17 municípios que compõem o conjunto regional estudado, no período situado entre 1864 e 2001.

Do todo representado distingue-se, em 2001, a considerável distância dos demais, o concelho de Leiria, o qual quase atinge os 120.000 habitantes. Num intervalo situado entre os 30.000 e os 60.000 habitantes, encontram-se, por ordem decrescente, os concelhos de Pombal, Alcobça, Caldas da Rainha, Ourém e Marinha Grande. Num lote de pequenos concelhos, todos com uma população inferior a 20.000 habitantes registam-se Nazaré, Batalha, Ansião, Bombarral, Óbidos, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra. Num escalão intermédio entre este grupo e o anterior, situam-se os concelhos de Peniche e de Porto de Mós.

Confrontem-se estes resultados, de natureza sincrónica, reportados ao momento censitário mais recente, com os números correspondentes para 1864. Essa análise diacrónica revela-se algo impressionante, não tanto por algumas trocas de posições relativas face à actualidade, mas, sobretudo, pela muito menor disparidade inter-concelhia que revela.

Comparando a situação de cada um dos actuais concelhos no período abrangido, detectou-se que cerca de metade dos municípios da região estagnaram ou mesmo regrediram demograficamente, em especial os situados no interior Norte do distrito de Leiria. Outro grupo, constituído pelos restantes concelhos, com excepção de Leiria, registou um crescimento populacional moderado ao longo do período avaliado. Neste lapso temporal de 137 anos, a capital de distrito protagonizou, isolada, um excepcional acréscimo de população, reforçando-se progressivamente (salvo durante a década de 60 devido ao surto emigratório que também aqui se fez sentir) como principal pólo regional de atracção populacional, tendo passado dos 32.252 para os 119.847 habitantes.

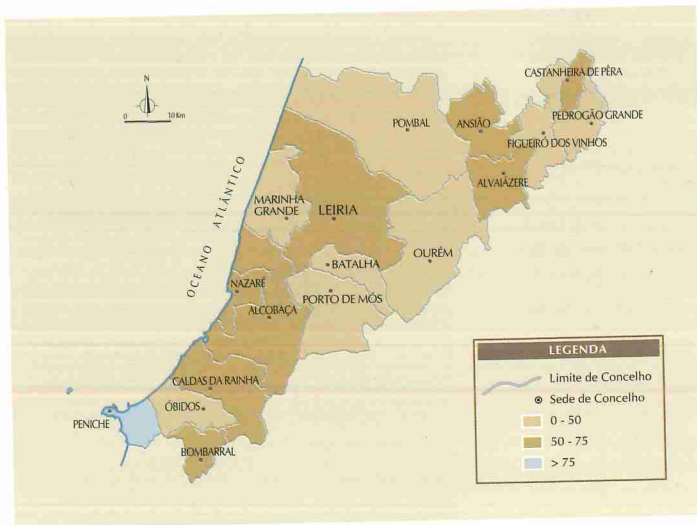
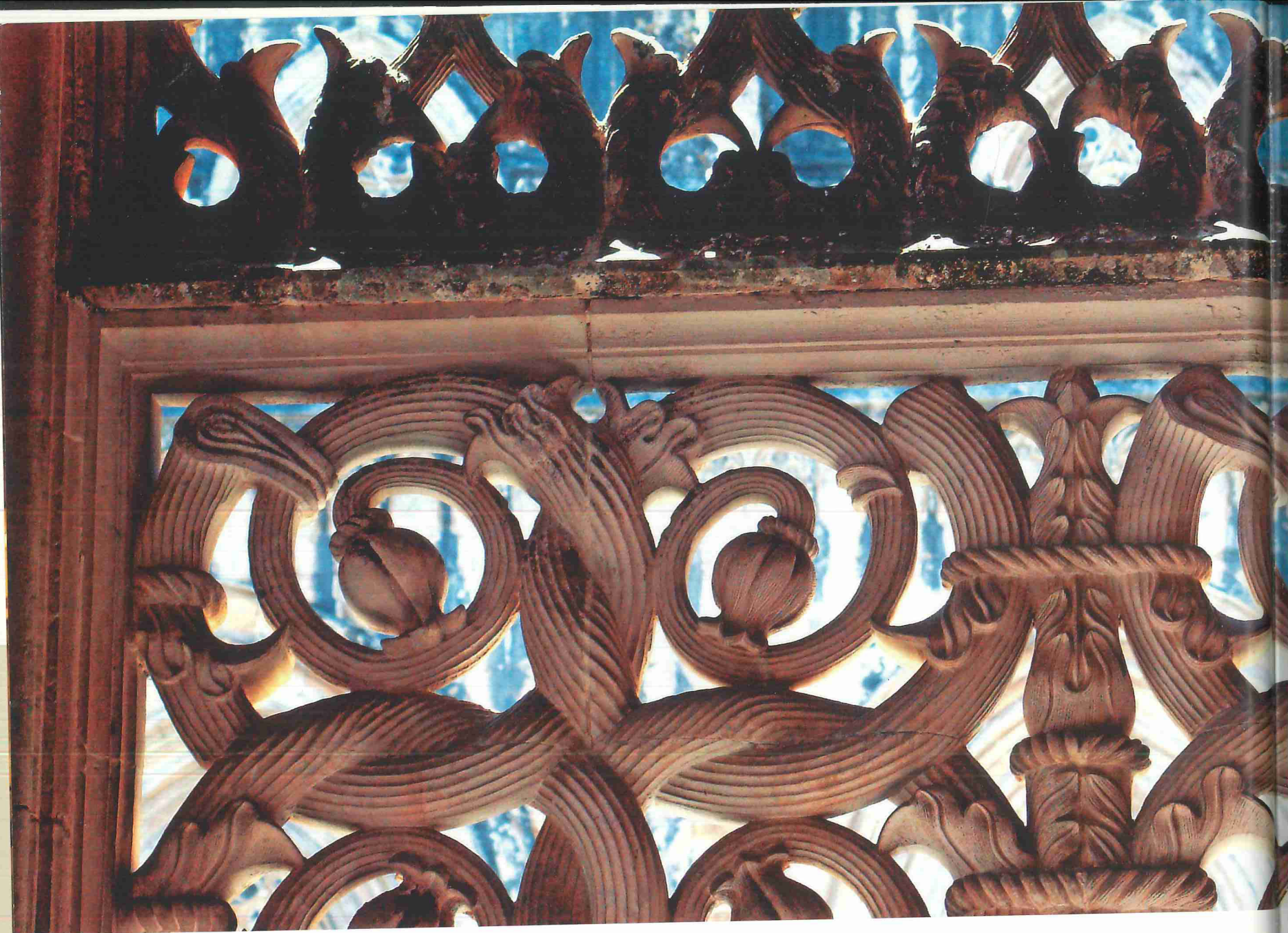


Fig. 18 - REGIÃO DE LEIRIA: DENSIDADE POPULACIONAL DA REGIÃO DE LEIRIA, por concelhos (1864)

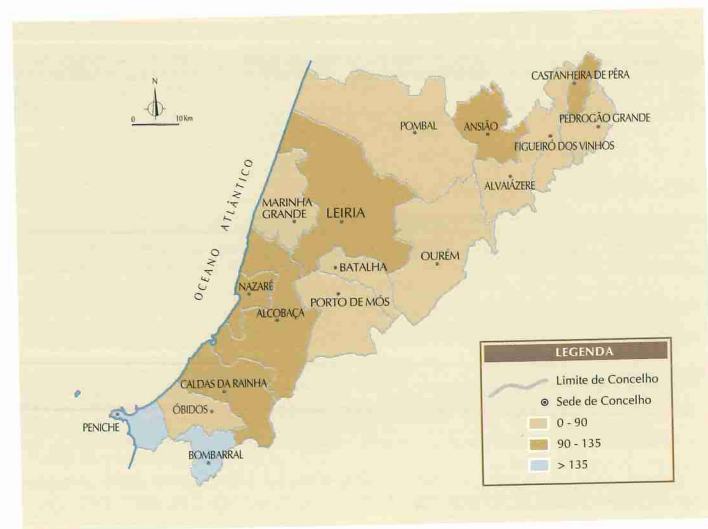


Fig. 19 - REGIÃO DE LEIRIA: DENSIDADE POPULACIONAL DA REGIÃO DE LEIRIA, por concelhos (1930)



Interessantes são, igualmente, os dados relativos à densidade populacional do espaço regional que é actualmente polarizado pela cidade de Leiria – vide Quadro 2, que traça a evolução deste indicador no decurso dos anos já atrás mencionados.

Do ponto de vista demográfico, verificou-se uma progressiva densificação do povoamento deste território, se bem que, em certos períodos, essa progressão tenha sido lenta, ocorrendo mesmo um exemplo de regressão nos anos 60, a cujas causas já aludimos anteriormente.

No entanto, este indicador é muito diverso quando desagregamos por concelho os números globais considerados, variando a densidade populacional de cada um deles, em 2001, entre os 34,2 hab./Km² (Pedrógão Grande) e os 351 hab./Km² (Peniche). Por outro lado, a evolução destes dados numa base concelhia (ANEXOS - Tabela III) patenteia, ainda, alterações significativas na posição relativa de cada concelho.

Nas Figs. 18 a 20 procura-se realçar essa evolução, com base nos dados relativos aos pontos inicial (1864), intermédio (1930) e final (2001) do período considerado, tendo em conta três grupos de concelhos: os que apresentam uma densidade populacional inferior à média no respectivo ano, aqueles que se situam na média ou ligeiramente acima desta (valores até 50% superiores à média) e, ainda, os que se encontram numa posição bastante acima da média (isto é, com densidades mais de 50% superiores a esta).

Assim, em 1864, apenas Peniche se encontra neste último agregado, posição que, aliás, mantém em qualquer dos momentos em causa. Em 1930, para além deste concelho, também o de Bombarral se situa em idêntico patamar, no qual é substituído por Leiria no recente recenseamento de 2001.

Ao invés, alguns dos concelhos da região figuram sempre na lista dos menos densamente povoados, em qualquer dos três censos considerados. Tal é o caso dos municípios de Figueiró dos Vinhos, Óbidos, Pedrógão Grande, Pombal, Ourém e Porto de Mós. Outros permanecem, sempre, no conjunto intermédio (Alcobaça, Caldas da Rainha e Nazaré).

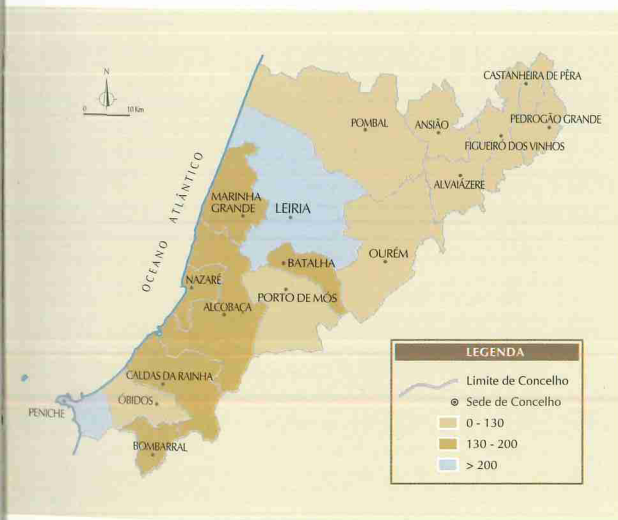
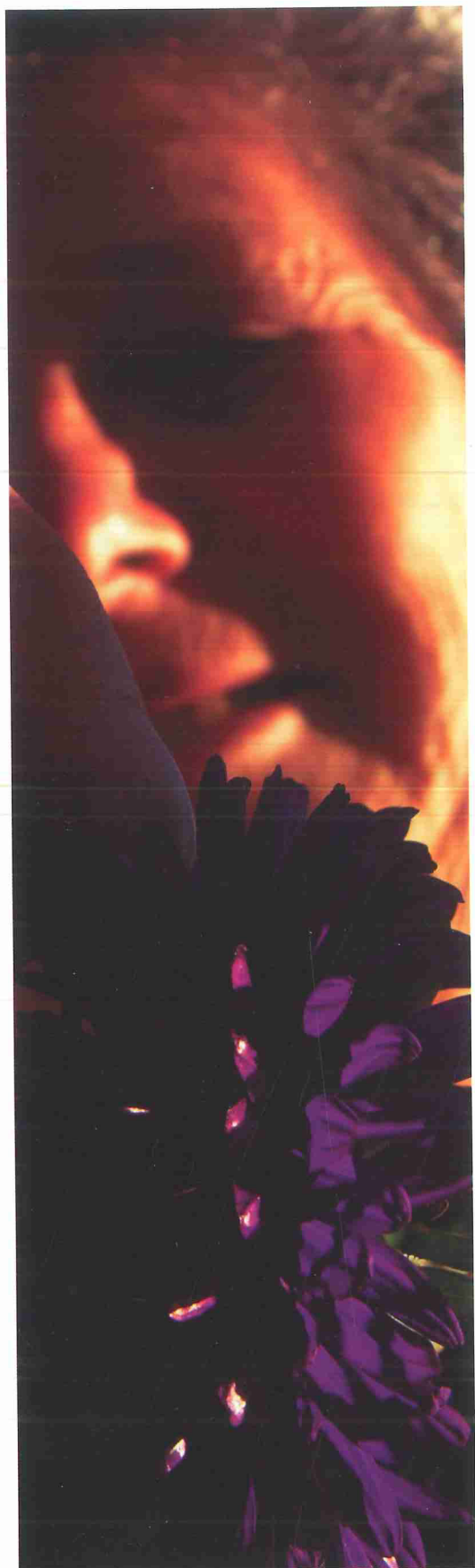


Fig. 20 - REGIÃO DE LEIRIA: DENSIDADE POPULACIONAL DA REGIÃO DE LEIRIA, por concelhos (2001)

ANOS	DENSIDADE (hab. / Km ²)
1527	8,6
1864	49,8
1878	55,5
1890	61,9
1900	68,5
1911	76,5
1920	80,4
1930	87,9
1940	101,8
1950	113,0
1960	115,4
1970	107,2
1981	117,9
1991	119,1
2001	129,1

Quadro 2 - EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL DA REGIÃO (1527-2001)

Fonte - Elaboração própria, com base em dados de GALEGO e DAVEAU (1986), INE (1964; 1970a, 1981, 1991 e 2002a) e Infoline do INE (www.ine.pt).





Alguns, por sua vez, oscilam entre este e o anterior grupo, uns descendo em população, de 1864 para 1930 (Alvaiázere) ou de 1930 para 2001 (Ansião e Castanheira de Pêra) e outros aumentando-a, como aconteceu com a Marinha Grande (1930) ou com a Batalha (2001).

Procurando avaliar o peso proporcional da região face ao todo nacional, verificamos que, na actualidade, ela representa 4,9% da população total portuguesa (cfr. ANEXOS - Tabela II). Aliás, em termos diacrónicos, esse peso não tem variado substancialmente desde 1864, constatando-se que o mesmo se situa num intervalo entre os 4,5% apurados nesse ano e os 5,2% calculados para 1920 e 1950). Em tempos mais recuados (1527), porém, a percentagem da população da região não ultrapassava os 3% do número total de residentes no território continental português.

Uma outra vertente a ter em consideração na avaliação do comportamento demográfico da região diz respeito à análise das taxas de natalidade e de mortalidade, com base nas quais se obtém a taxa de crescimento natural (TCN) da população visada. Assim, para 2001, observe-se a Fig. 21, em que aquelas taxas estão graficamente representadas, salientando-se os concelhos cuja linha correspondente à taxa de mortalidade se afasta consideravelmente da respeitante à taxa de natalidade e que correspondem à maioria dos 17 concelhos abrangidos. Em sentido contrário, apenas os concelhos de Leiria,

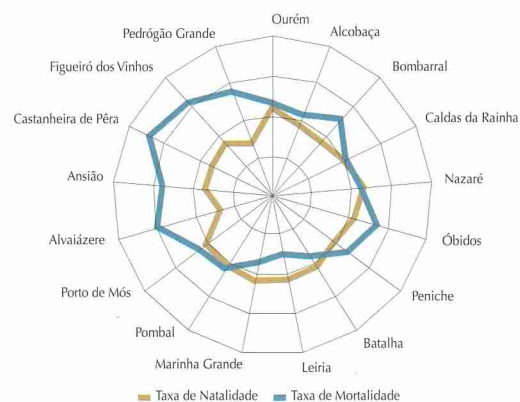


Fig. 21 - REGIÃO DE LEIRIA: TAXAS DE NATALIDADE E DE MORTALIDADE, por concelho (2001)

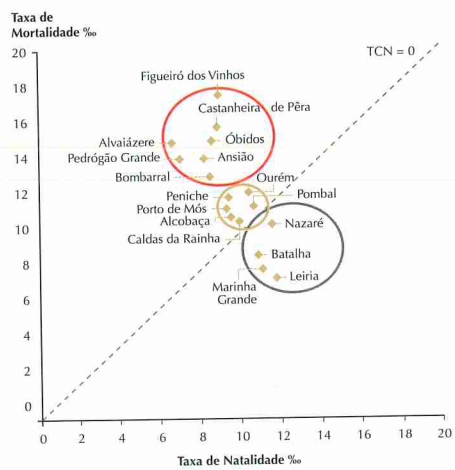


Fig. 22 - REGIÃO DE LEIRIA: TAXAS DE NATALIDADE E DE MORTALIDADE, por concelho (2001)
 Fonte - Elaboração própria, com base em dados de INE (2002b)

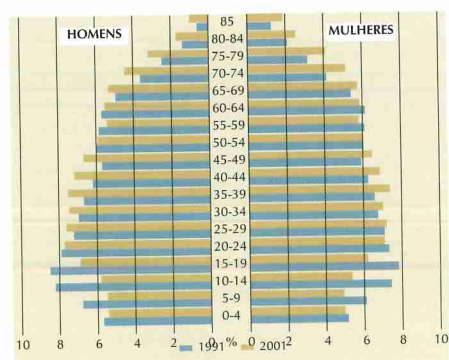


Fig. 23 - REGIÃO DE LEIRIA: PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO (1991 - 2001)
 Fonte - Elaboração própria, com base em dados de INE (1991 e 2002a)

Marinha Grande, Batalha e, tangencialmente, de Nazaré, evidenciam uma taxa de crescimento natural positiva.

Em todo o caso, a partir dos números do INE que serviram de base à construção da figura *supra*, podemos constatar que a amplitude da taxa de natalidade verificada nos diferentes concelhos se situa nos 4,8‰, pois aquela varia entre 6,9‰ (Alvaiázere) e os 11,7‰ (Nazaré). A taxa de mortalidade, por sua vez, varia entre os 7,7‰ (Leiria) e os 17,1‰ (Castanheira de Pêra) – com uma amplitude, portanto, de 9,4‰.

A taxa de crescimento natural, indicada para cada um dos concelhos nas estatísticas demográficas consultadas, é negativa no caso dos municípios de Castanheira de Pêra (- 8,6‰), Alvaiázere (- 8,1‰), Figueiró dos Vinhos (- 7,1‰), Pedrógão Grande (- 7,0‰), Ansião (- 5,4‰), Bombarral (- 3,9‰), para só mencionar as situações mais evidentes do ponto de vista deste indicador, que constitui um dos factores que contribui para o envelhecimento da população.

Apresentando de outra forma a mesma realidade (Fig. 22), é possível definir e representar três grupos de concelhos, em função das taxas de natalidade e de mortalidade calculadas para 2001.

Deste modo, agrupámos os concelhos em três conjuntos: o primeiro (delimitado pela linha vermelha) engloba aqueles em que o crescimento natural foi negativo em virtude de evidenciarem uma menor taxa de natalidade e, concomitantemente, uma mais elevada taxa de mortalidade – concelhos *em perda*.

Simetricamente, o segundo grupo reúne os que patenteiam maiores taxas de natalidade e menores taxas de mortalidade, onde se salientam, como já referido, as situações de Leiria e Marinha Grande, com crescimento natural positivo – concelhos mais *dinâmicos*. Numa posição intermédia, encontramos os concelhos cujos valores, embora negativos, se aproximam de uma taxa de crescimento natural nulo – concelhos quase *estacionários*.

A pirâmide de idades da região, que a seguir apresentamos (Fig. 23), traduz as circunstâncias a que acabámos de aludir, acentuando-se de 1991 (barras claras) para 2001 (barras escuras)

o fenómeno de duplo envelhecimento da população, em resultado da acção conjugada de uma natalidade cada vez mais baixa (classes etárias da base da pirâmide) e do aumento progressivo da esperança média de vida (classes etárias do topo da pirâmide).

A pirâmide de idades relativa a 2001 pode ser classificada como uma pirâmide *constritiva*, isto é, em que a proporção de adultos e idosos é muito superior ao das classes etárias juvenis, pelas razões já apontadas. Este quadro já existia em 1991, embora de modo menos vincado. Tanto num caso como noutro, o sexo feminino é, como acontece habitualmente, menos representado nas classes etárias mais baixas (como se sabe, nascem mais homens do que mulheres). Em contrapartida, as mulheres ganham maior expressão, progressivamente, a partir das classes de adultos, ultrapassando claramente o efectivo dos homens nos grupos etários mais idosos, uma vez que a esperança média de vida é sensivelmente mais elevada para as mulheres.

Analisemos agora as pirâmides etárias de cada concelho da região, para 1991 e 2001, o que nos permite verificar a evolução sofrida e a tendência que a mesma revela (Fig. 24). Em grande medida, os grupos que tínhamos delineado a propósito da Fig. 22 voltam a poder ser aqui invocados.

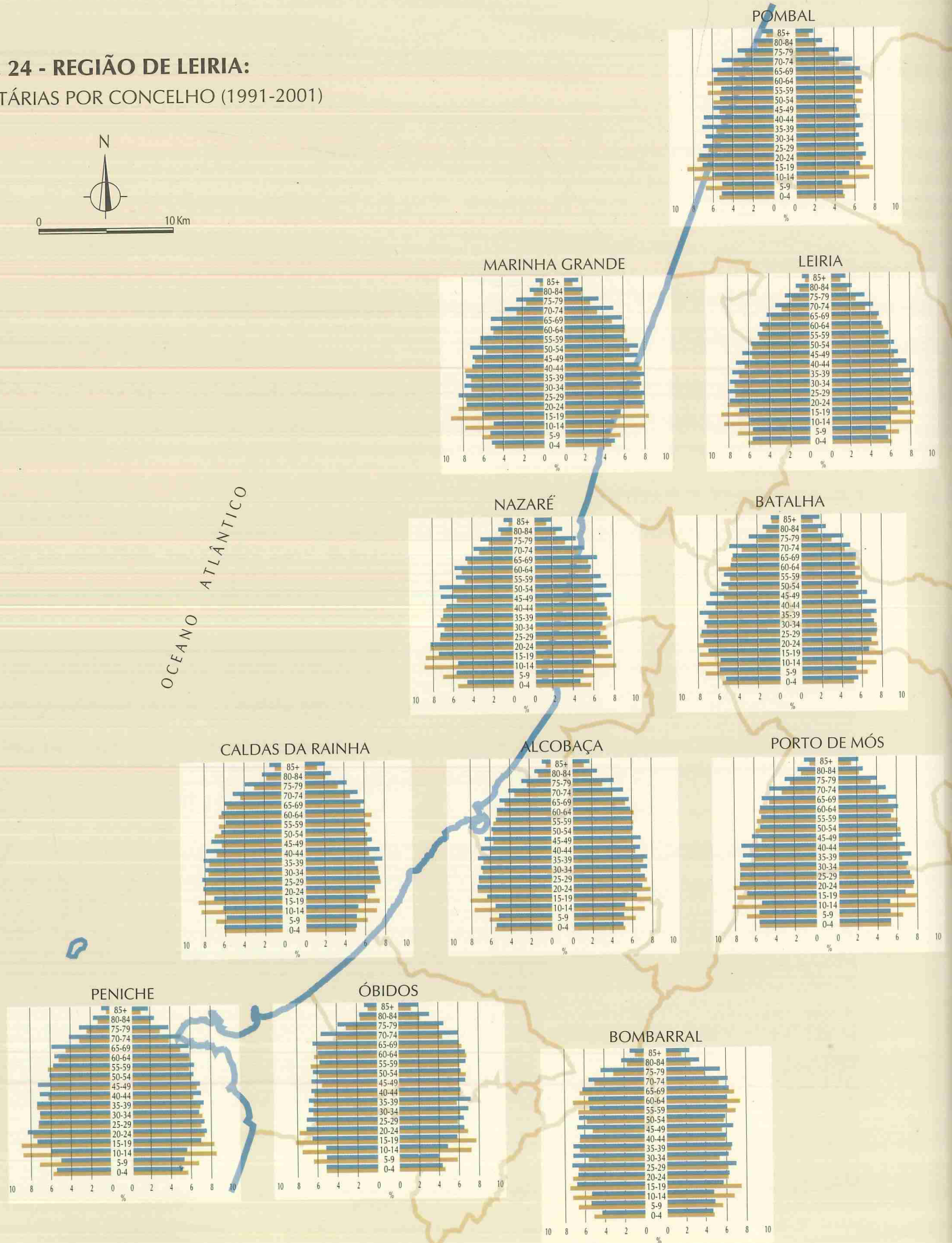
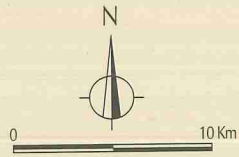
Começemos por Leiria e Marinha Grande, onde se denota algum equilíbrio, apesar de uma baixa natalidade, bem visível no encurtamento das classes etárias mais jovens. Em todo o caso, no segundo daqueles concelhos a classe dos 0-4 anos aumentou ligeiramente a sua percentagem de 1991 para 2001, aliás, o mesmo aconteceu, menos visivelmente, na Batalha (apenas para o sexo feminino) e Caldas da Rainha. Estes dois concelhos, juntamente com Alcobaça, Nazaré, Peniche e Porto de Mós, apresentam pirâmides etárias de perfil semelhante, o que os aproxima, em dinamismo, do eixo demográfico Leiria-Marinha Grande.

Já Pombal e Ourém, por sua vez, se aproximam do recorte do grupo com pirâmides etárias mais constritivas, no qual se incluem Alvaiázere, Ansião, Bombarral, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Óbidos e Pedrógão Grande. Este último caso merece uma menção especial pela quase inversão da pirâmide que patenteia, fenómeno que se reforçou na última década.

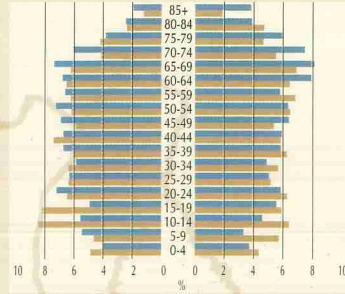
Em síntese, embora a realidade demográfica regional possa ser caracterizada, em geral, pelo envelhecimento populacional, a intensidade deste processo faz-se a diferentes velocidades, desde as situações aparentemente menos inquietantes, que se evidenciam nos principais centros urbanos, até aos casos algo dramáticos dos concelhos do Pinhal Interior Norte, com tendências de envelhecimento tão pronunciado e rápido que parecem vaticinar uma quase desertificação a longo prazo.



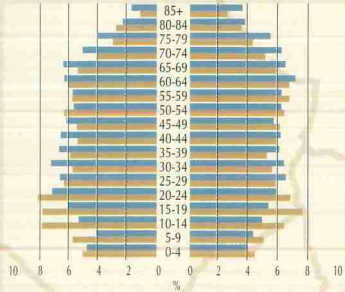
FIG. 24 - REGIÃO DE LEIRIA:
 PIRÂMIDES ETÁRIAS POR CONCELHO (1991-2001)



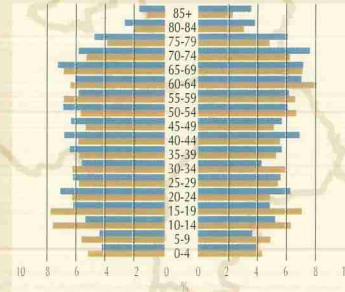
CASTANHEIRA DE PÊRA



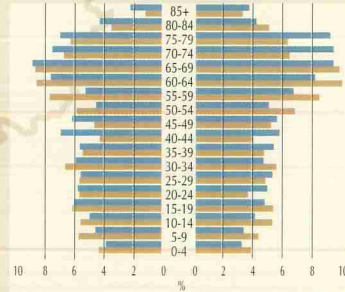
ANSIÃO



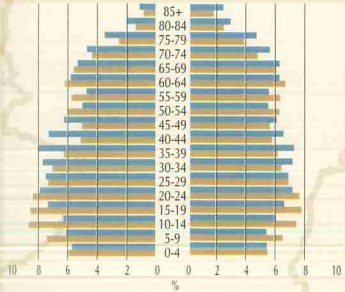
FIGUEIRÓ DOS VINHOS



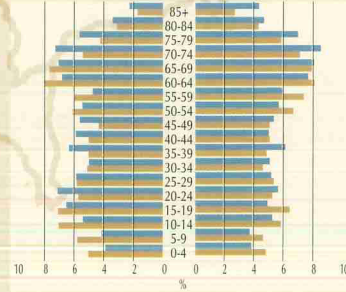
PEDROGÃO GRANDE



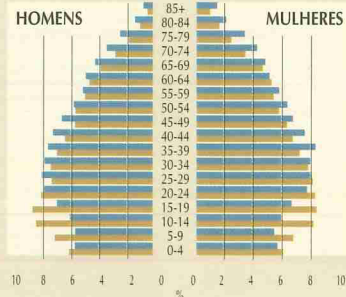
OURÉM



ALVAIÁZERE



LEGENDA



1991
2001

Limite de Concelho



bing



alain manoukian



MALAQUETA RESTAURANTE

PROMOÇÕES

Garrafeira PROMOCIA

DO ESPAÇO ÀS PESSOAS

Estrutura sectorial da população activa: uma região em transformação acelerada

Utilizando os dados dos Censos de 1950 a 2001, relativos à população residente, empregada, por sector de actividade económica⁵, construímos os gráficos seguintes (Figs. 25 a 30), os quais nos ajudam a compreender as profundíssimas alterações ocorridas neste meio século quanto à estrutura da população activa da região.

De facto, a representação gráfica da estrutura populacional por sector de actividade económica quase fala por si, de tal modo são claros os números recolhidos e as enormes mudanças que estes traduzem. Atente-se, desde logo, na evolução verificada no sector primário: o peso relativo deste, aferida pela proporção da mão-de-obra nele integrada é actualmente mais de onze vezes menor do que o apurado para 1950. Tal constatação permite concluir que a sociedade de base rural que caracterizava a região até meados do século XX não é hoje mais do que uma reminiscência. Aliás, Leiria e a sua região eram, à época do censo citado, ainda mais dependentes da agricultura, pecuária, silvicultura, pesca, etc. do que o todo nacional, já que estas actividades empregavam a nível regional 63,9% da população activa, enquanto a nível do país não ia além de 49,1%.

Este progressivo abandono do sector primário, até atingir os escassos 5,7% apurados em 2001, fez-se em benefício, primeiro, do sector secundário e, mais tarde, do sector terciário. Com efeito, até 1981, as actividades terciárias oscilaram entre os 16,5% e os 22,1% e só nesse ano superaram o patamar dos 30%. Nessas três décadas foi a indústria transformadora, bem como as outras actividades do sector secundário, que recolheu a maioria da população que abandonava a agricultura, prolongando-se esse crescimento até ao início dos anos 90, em que atinge o seu valor máximo – 45,5%. Ainda actualmente, o sector secundário ocupa na região um lugar de destaque (43,3%), em comparação com os 35,1% que o sector detém, em geral, no país.

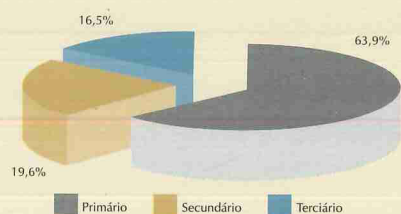


Fig. 25 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, por sector de actividade (1950)

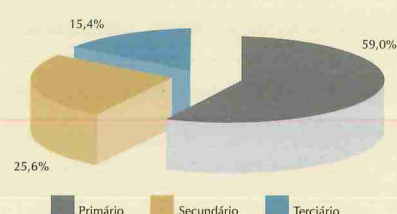


Fig. 26 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, por sector de actividade (1960)

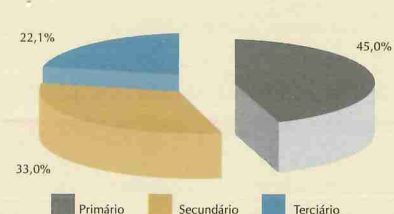


Fig. 27 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, por sector de actividade (1970)



Fig. 28 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, por sector de actividade (1981)

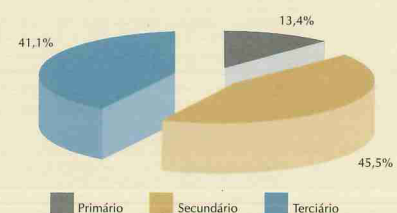


Fig. 29 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, por sector de actividade (1991)

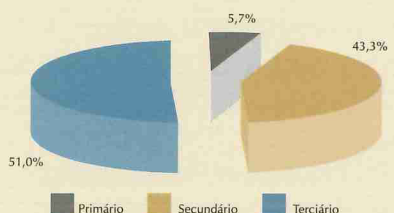


Fig. 30 - POPULAÇÃO ACTIVA DA REGIÃO DE LEIRIA, por sector de actividade (2001)

⁵ Anteriormente a 1950, não estão disponíveis os dados estatísticos relativos a este indicador desagregados a nível de concelho, mas somente por distritos; uma vez que pretendíamos obter uma visão regional (isto é, incluindo não apenas o distrito de Leiria, mas também o concelho de Ourém) optámos pelo tratamento da informação a partir daquele ano. Uma outra prevenção diz respeito aos resultados de 1970, aliás não publicados, em que as indústrias extractivas foram incluídas no sector secundário. É preciso salientar igualmente que a divisão da população activa por sectores de actividade não espelha, por vezes, a realidade bastante complexa da estrutura profissional das populações. Por exemplo, no que diz respeito ao sector terciário, nele se incluem desde profissões altamente especializadas até profissões mais indiferenciadas. No entanto, através desta classificação muito vulgarizada é possível construir um retrato interessante, atentos os objectivos definidos para o presente trabalho.

Quanto às actividades terciárias, é já durante toda a década de 90 que dão um *salto* decisivo, até se tornarem o sector com maior peso na economia regional, abarcando mais de metade da população activa, ainda assim bastante abaixo dos 59,9% verificados em termos nacionais. De qualquer modo, os sectogramas das Figs. 29 e 30, evidenciam um processo acelerado de terciarização (crescimento de 10 pontos percentuais no espaço de 10 anos), em virtude de uma acentuada redução do peso da agricultura, pecuária, silvicultura, pescas e indústrias extractivas, sector que neste período viu continuar a tendência de diminuição da proporção da mão-de-obra que nele trabalha (passando de 13,4% para 5,7%). Para tal fenómeno contribuiu também, em muito menor escala, uma ligeira quebra no peso relativo do sector secundário (- 2,2 pontos percentuais).

Interessante é, outrossim, a observação mais detalhada dos sectores de actividade, desagregando os dados numa base concelhia, da qual resultou a elaboração das Figs. 31 a 36 (ANEXOS). A análise diacrónica que estes gráficos proporcionam leva-nos a concluir, mais uma vez, que a região foi sujeita, tal como o país, a enormes metamorfoses socioeconómicas e não apenas globalmente considerada, mas também relativamente a cada um dos concelhos que a compõem.

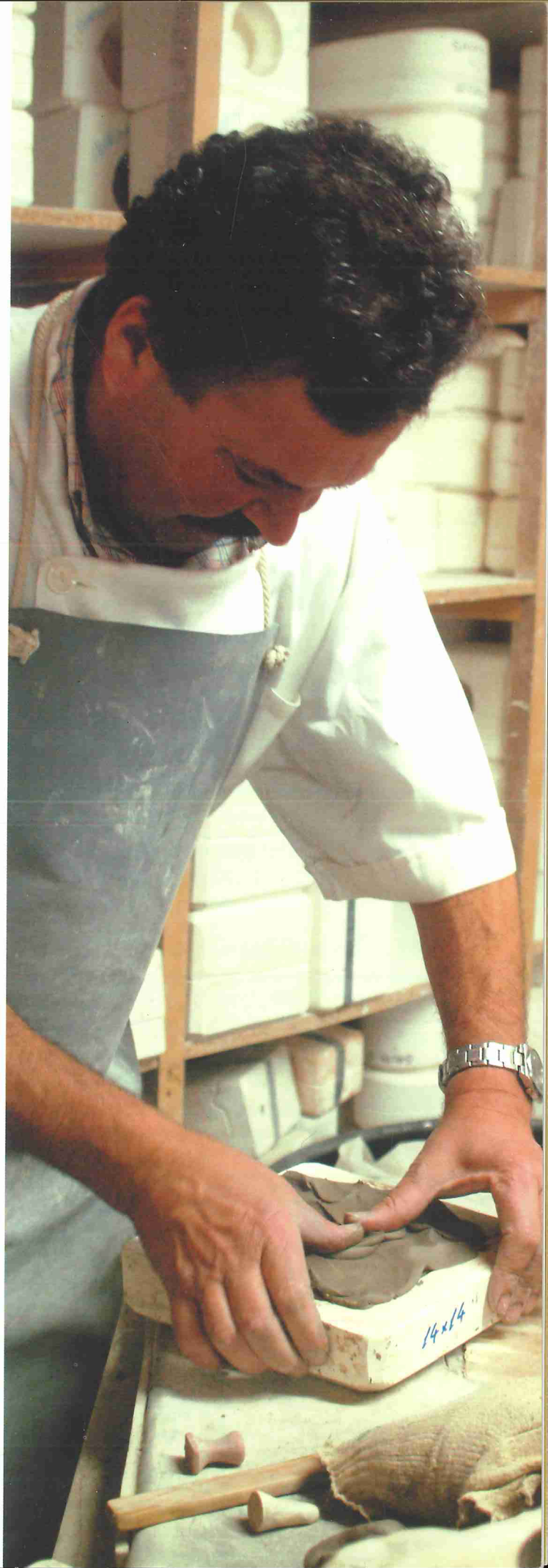
É certo que se registaram diferenças de ritmo e de intensidade, todavia o perfil da actividade económica mudou radicalmente nestes cinquenta anos e, de um modo mais veloz, na segunda metade deste período, como consequência, entre outros, do fenómeno da emigração (anos 60 e 70), da alteração do quadro político ocorrida em 1974, do retorno dos nacionais residentes nas antigas províncias ultramarinas (1974/1975) e da integração de Portugal na Europa comunitária (1986). Estes e outros *choques* fizeram-se sentir, em proporção diferenciada, nos 17 concelhos considerados, tendo resultado, em 2001, num retrato da região irreconhecível face à imagem registada em 1950.

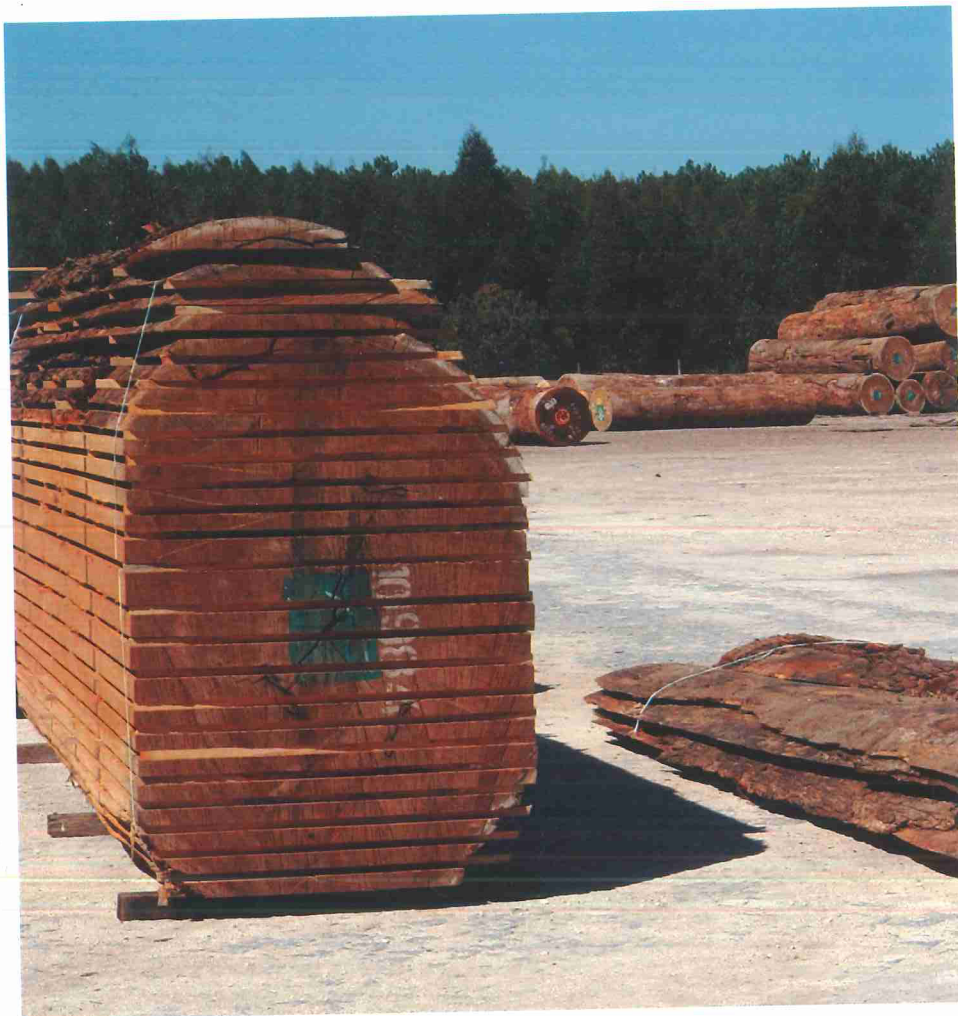
Vejam, então, esta última (ANEXOS - Fig. 31). Com excepção de Castanheira de Pêra e da Marinha Grande, centros industriais de lanifícios e de vidros, respectivamente, todos os demais concelhos da região tinham a sua população activa predominantemente no sector primário, sendo que a maioria destes eram municípios de natureza rural. Nalguns deles, aliás, cerca de 70%, ou mais, dos activos trabalhavam neste sector, como acontecia em Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Figueiró dos Vinhos, Óbidos, Pedrógão Grande, Pombal e Ourém. Em comunidades piscatórias (Nazaré e Peniche) estes valores rondavam os 60%. No caso de Óbidos e de Pombal a população no sector primário atingia mesmo os 80%!

Relativamente ao sector secundário, com excepção dos dois casos já referidos, apenas Alcobaça, Leiria e Porto de Mós superavam os 20% de activos neste sector. No que toca ao terciário, este sector era, tal como no anterior, pouco mais do que incipiente: apenas Caldas da Rainha, Leiria e Nazaré (à época já com alguma actividade no turismo) nele detinham mais de 1/5 da população.

Em 1960 (ANEXOS - Fig. 32), no essencial, mantém-se o retrato anteriormente esboçado, se bem que com uma ligeira diminuição do peso do sector primário. Castanheira de Pêra e Marinha Grande reforçam a sua posição de núcleos industriais, sendo de notar ainda o início de uma certa industrialização em concelhos como Alcobaça, Leiria, Porto de Mós e Ourém. No que diz respeito ao comércio e serviços apenas de destacar o concelho da Nazaré, que continua com a percentagem mais elevada neste sector, no contexto regional. De todo o modo, estamos a falar ainda de uma região marcadamente rural, em que muitos concelhos continuam a ostentar uma população activa no sector primário na casa dos 60%-70%.







É em 1970 que, ainda algo timidamente, a estrutura produtiva desta região começa a dar sinais de mudança (ANEXOS - Fig. 33), passando o sector secundário a ser maioritário não apenas nos dois concelhos industriais já referidos, mas também em Alcobaça, Leiria e Porto de Mós, acentuando-se, portanto, as tendências que os dados estatísticos de 1960 já vinham a indiciar nestes concelhos. Assim, o sector secundário leva já vantagem sobre os demais em cinco concelhos da região.

O sector terciário começa também a adquirir uma expressão de certo relevo nalguns municípios, atingindo ou aproximando-se nos 30% em Caldas da Rainha, Leiria e Nazaré. Neste último concelho, aliás, os três sectores apresentam nesta época uma posição de quase paridade entre si. Por outro lado, o comércio e serviços passa a ser o segundo sector mais importante em Bombarral, Figueiró dos Vinhos, Óbidos, Pedrógão Grande, Peniche (embora, em qualquer dos casos, a grande distância do sector primário) e Caldas da Rainha. Em Leiria, o terciário quase iguala o sector primário, que sofre nos anos 60 um decréscimo de 20 pontos percentuais. No entanto, o peso do sector primário, embora deixando de ser tão elevado em alguns concelhos, continua a ser determinante no emprego da mão-de-obra regional: em 11 concelhos a agricultura e demais actividades deste sector continuam a ocupar metade, ou mais, da respectiva população activa.

A verdadeira reviravolta na estrutura económica da porção do território nacional de que tratamos neste estudo surge nitidamente nos dados censitários de 1981 (ANEXOS - Fig. 34), em que esta área se afirma como uma região industrializada, com alguns dos seus principais concelhos a apresentarem um sector secundário que se revela maioritário, como acontece com Alcobaça, Ansião, Batalha, Castanheira de Pêra, Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós e Ourém.

Os serviços, por sua vez, tornam-se o sector mais relevante em Caldas da Rainha e Nazaré, atingindo uma expressão superior a 20% em todos os concelhos e tornando-se o segundo, em percentagem, nos concelhos de Alcobaça, Batalha, Bombarral, Castanheira de Pêra, Leiria, Marinha Grande, Óbidos e Porto de Mós. Em Peniche o sector terciário iguala a indústria, mantendo-se o sector primário como



maioritário, em resultado da conjugação do peso das freguesias rurais com o da actividade da comunidade piscatória desse concelho. Ainda assim, o sector primário resiste, a poucos anos da aplicação a Portugal da PAC (Política Agrícola Comum), como o mais importante, para além do caso referido, nos concelhos de Alvaiázere, Bombarral, Figueiró dos Vinhos, Óbidos, Pedrógão Grande e Pombal.

As características do tecido económico da região, no que diz respeito à estrutura da população activa, tal como delineadas para 1981, acentuam-se no momento censitário seguinte (1991), no sentido da industrialização, da afirmação do sector terciário e de uma forte regressão das populações rurais e piscatórias (ANEXOS - Fig. 35). No último censo (2001), é o sector do comércio e dos serviços que se afirma em toda a linha, com uma certa estagnação (ou mesmo regressão, nalguns concelhos) do sector secundário, confinando-se o sector primário a menos de 10% da força laboral em 13 dos concelhos sob análise (ANEXOS - Fig. 36).

Comparemos esta figura com a anterior. Relativamente ao sector primário, a principal conclusão a retirar é a de que todos os concelhos, sem excepção, vêm reduzir a população que trabalha neste sector, o que é mais evidente nos municípios tradicionalmente agrícolas ou florestais (como por exemplo, Alvaiázere, Ansião, Bombarral, Óbidos, Pedrógão Grande, Ourém e Pombal), ou nas comunidades piscatórias (Peniche). Mesmo a Marinha Grande, onde o sector era já quase residual em 1991 (0,9%) passa, em 2001, para 0,7%. Assinale-se porém que em Bombarral, Figueiró dos Vinhos, Óbidos e Peniche ainda se registam, em 2001, valores percentuais entre os 10 e os 18%.

No que diz respeito ao sector secundário, há que salientar a existência de vários casos (sete) de regressão do emprego industrial no período em causa, em particular, no concelho de Marinha Grande e, mais claramente, no de Castanheira de Pêra. Ao invés, alguns dos concelhos referidos no parágrafo anterior, no que concerne à diminuição dos postos de trabalho no sector primário, têm no aumento da força de trabalho na indústria transformadora, construção, etc., a par da terciarização de que a seguir se dará nota, a compensação para tal decréscimo. Aliás, em 8 concelhos da região o sector secundário é o maioritário, sendo que outros tantos apresentam como tal o sector terciário, existindo um caso (Óbidos) em que os três sectores quase empatam, em termos percentuais.

Assim, Alvaiázere, Ansião, Bombarral, Peniche e Pombal parecem estar ainda a recuperar da fraca industrialização que habitualmente os caracterizava, ao contrário do que se passa com aqueles concelhos cuja indústria já tinha um peso mais relevante.

Num terceiro grupo, constituído pelo concelhos de Figueiró dos Vinhos, Nazaré, Óbidos, Ourém e Pedrógão Grande, não se registam oscilações dignas de menção entre 1991 e 2001, mantendo-se estacionária, *grosso modo*, a representatividade da força laboral do sector secundário.

Simetricamente, face ao que se tinha detectado a propósito do sector primário, no sector terciário regista-se, nesta década, um crescimento acentuado do número de empregados no sector, em todos os concelhos da região.

Em termos de acréscimo do peso relativo do sector terciário, certos concelhos, em resultado de fortes quedas nos dois outros sectores, merecem destaque, como é o caso de Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande, Alvaiázere e Óbidos, com valores de terciarização sensivelmente acima da média regional.

Refira-se que, na actualidade, os concelhos da região com maior peso do sector primário são os de Óbidos (17,8%) e Bombarral (17%), apresentando outros municípios ainda valores de dois dígitos – Peniche (13,1%) e Figueiró dos Vinhos (10,9%), todos com números bastante acima da média regional (5,7%).



No sector secundário, sobressaem os seguintes concelhos, que detêm mais de metade do emprego neste sector: Marinha Grande (56,5%), Porto de Mós (52,6%) e Alcobaça (50,2%).

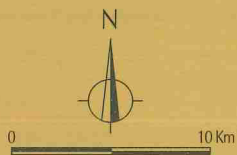
Como concelhos mais terciarizados, distinguem-se Pedrógão Grande (62,9%), Caldas da Rainha (58,8%), Leiria (55,6%), Nazaré (55,1%), Ourém (54,5%) e Peniche (53,8%). Na maioria destes casos, uma actividade turística já relevante ou mesmo intensa, bem como a presença de escolas do Instituto Politécnico de Leiria em três deles, justificarão, em parte, esta constatação.

Em suma, a região apresentou uma forte mobilidade intersectorial na década de 90, acompanhando as tendências globais registadas no país, com implicações claras ao nível sócio-económico e consolidando uma estrutura de sectores de actividade que se vinha a desenhar já anteriormente.



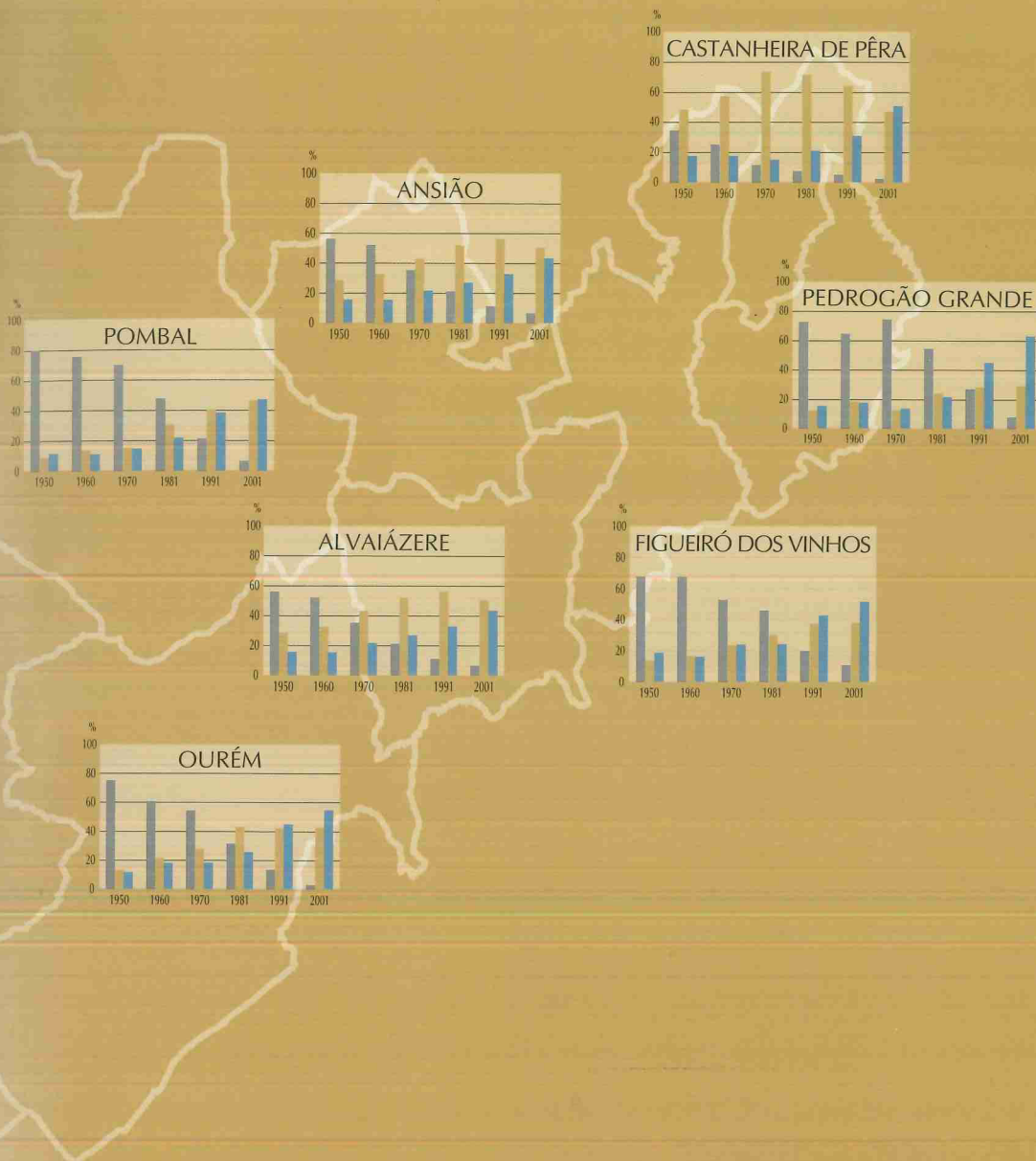
Apresentando agora os dados relativos a todo o período em causa (1950-2001), concelho a concelho, e inserindo-os no mapa da região (Fig. 37), mais facilmente se visualiza muito do que, neste ponto, temos vindo a referir, assim permitindo verificar a evolução da estrutura da população activa da região de Leiria, numa base concelhia. Detectam-se, deste modo, as singularidades do percurso específico de cada unidade municipal, bem como os aspectos comuns que algumas dessas unidades partilham, tanto em termos da evolução sofrida, como da direcção e da intensidade das mudanças ocorridas, em meio século, no que aos sectores de actividade económica diz respeito. Com efeito, as variações do peso de cada um destes, registadas neste período, evidenciam as particularidades das situações de partida (1950) e de chegada (2001), em termos do presente estudo, bem como as diversidades de tempo e de modo da evolução registada para cada concelho.

FIG. 37 - REGIÃO DE LEIRIA:
 EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ACTIVA .
 POR CONCELHO (1950-2001)







OCEANO ATLÂNTICO





LEGENDA

-  Limite de Concelho
-  Sector primário
-  Sector secundário
-  Sector terciário